

**INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM LETRAS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS**

**ISIS GABRIELLI SECATO**

**A LEITURA CRÍTICA COMO MECANISMO DE PROBLEMATIZAÇÃO DA  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Vitória  
2020

ISIS GABRIELLI SECATO

**A LEITURA CRÍTICA COMO MECANISMO DE PROBLEMATIZAÇÃO DA  
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras/Profletras – Ifes - Campus Vitória.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia Penha Delmaschio

Vitória  
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal do Espírito Santo)

S444f Secato, Isis Gabrielli.

A formação do leitor crítico como mecanismo de problematização da violência contra a mulher / Isis Gabrielli Secato. – 2020.

115 f.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Andreia Penha Delmaschio.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Mestrado Profissional em Letras - Profletras, Vitória, 2020.

1. Leitura -- Estudo e ensino. 2. Leitores -- Reação crítica.  
3. Violência contra as mulheres. 4. Identidade de gênero na educação.  
5. Língua portuguesa -- Estudo e ensino. 6. Linguagem e educação.  
I. Delmaschio, Andreia Penha. II. Instituto Federal do Espírito Santo.  
III. Título.

CDD 21: 372.4

**ISIS GABRIELLI SECATO**

**A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO COMO MECANISMO DE  
PROBLEMATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em 17 de julho de 2020

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Doutora Andreia Penha Delmaschio**  
**Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes**  
**Orientadora**

(Telepresença: Portaria Nº 205 de 19/03/2020 - Campus Vitória)



**Doutor Antônio Carlos Gomes**  
**Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes**  
**Membro Interno**

(Telepresença: Portaria Nº 205 de 19/03/2020 - Campus Vitória)



**Doutora Katia Cristina Norões**  
**Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes**  
**Membro Externo**

(Telepresença: Portaria Nº 205 de 19/03/2020 - Campus Vitória)



## **ISIS GABRIELLI SECATO**

**SECATO, Isis Gabrielli; DELMASCHIO, Andreia Penha. Em violência contra a mulher a gente mete a colher: atividades de práticas de leitura escritas para turmas de 8º ano à 3ª série. Vitória: Ifes, 2020. 58 p. (E-book).**

Produto Educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional, vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em 17 de julho de 2020

### **COMISSÃO EXAMINADORA**



**Doutor Antônio Carlos Gomes**  
**Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes**  
**Membro Interno**

(Telepresença: Portaria Nº 205 de 19/03/2020 - Campus Vitória)



**Doutora Katia Cristina Norões**  
**Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes**  
**Membro Externo**

(Telepresença: Portaria Nº 205 de 19/03/2020 - Campus Vitória)

Dedico este trabalho a todas aquelas – mortas ou vivas – que já sentiram na pele a dor de ser mulher em uma sociedade machista.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela companhia diária e pela proteção, em todos os momentos, por onde quer que eu tenha andado durante esta jornada. Ao meu companheiro, Léo, que participou intensamente deste meu projeto, ouvindo, apoiando, e esperando por mim sempre que necessário e sem que eu precisasse pedir. À minha mãe, Vanuza, que nunca precisou falar nada para me incentivar, pois seu exemplo de vida foi superior a qualquer conselho. Obrigada por acordar cedo, por estudar até tarde, por refazer a sua vida e por dar todo o suporte para que eu pudesse construir a minha. Ao meu padrasto, Henrique, por me ajudar a concluir meus estudos, dando-me inclusive suporte financeiro; por acreditar no meu potencial, por ser meu pai e por me amar como uma filha. Ao meu irmãozinho Henzo, por trazer alegria aos meus dias, mesmo em momentos de muito cansaço. À minha professora do Ensino Fundamental, Gláucia Buffon, por despertar em mim o encanto pelas Letras. À minha amiga, Selma Pessotti, pela generosidade e amparo, quando eu mais precisei. Aos meus alunos, por me ajudarem a me construir como profissional e como pessoa. À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréia Penha Delmaschio, pelos valiosos ensinamentos que me transmitiu até aqui e por todo carinho que sempre demonstrou ter por mim, tornando-se, além de orientadora, uma amiga. Aos professores do Mestrado Profissional em Letras do Ifes pelo incentivo constante, em especial à professora Dr<sup>a</sup> Letícia Queiroz de Carvalho e ao professor Dr<sup>o</sup> Antônio Carlos Gomes.

Quando um indivíduo ou grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; [...] Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema é saber se esse estado de coisas deve se perpetuar.

Simone de Beauvoir

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é propor atividades de práticas de leitura e escrita que possibilitem a formação de leitores críticos por meio de textos que abordem o tema “violência contra a mulher”, seja pelo fato de denunciarem ou incitarem essa violência. Nosso tema se justifica a partir de duas demandas sociais: a formação de leitores críticos capazes de questionar as mazelas a sua volta e a necessidade de se desenvolver uma consciência crítica acerca do grave problema da violência de gênero, ao invés de tratá-lo como um evento corriqueiro. Violência de gênero é um tipo de violência física ou psicológica praticada contra um indivíduo ou um grupo com base em seu sexo ou gênero, estando as mulheres inseridas diretamente nessa problemática; assim, delimitamos o termo “violência de gênero” para designar somente a violência contra a mulher. Este trabalho parte das ideias de Paulo Freire (1990), o qual ressalta a leitura como um ato político, assim como a educação, não devendo, portanto, ser praticada de forma mecânica. Nesta perspectiva, dialogamos com Silva (1999), que critica as formas redutoras (simplistas) de leitura; com Britto (2016), que afirma que a leitura como prática social não deve ser empregada como um simples ato de decifração; e com Geraldi (2012), que critica o ensino da língua portuguesa de uma maneira meramente gramaticalizada. Para referenciar a violência contra a mulher, utilizamos dados de instituições que atuam em defesa dos direitos das mulheres, tais quais: Agência Patrícia Galvão (2019), Instituto Maria da Penha (2019), Núcleo de enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa do Direito das Mulheres (Nevid) (2019) e Laboratório de Pesquisas sobre a Violência contra a Mulher (Lapvim) (2019). No que diz respeito à inferiorização da mulher em relação ao homem, algo que contribui para a violência de gênero, consultamos as ideias de Simone de Beauvoir (2019). Esta pesquisa resultou em um produto educacional, sendo ele um caderno de atividades de práticas de leitura e escrita, baseado na metodologia sugerida por Geraldi (2012) que ressalta a importância de integramos à prática do ensino da língua portuguesa a leitura, a produção textual e a análise linguística. Cabe ressaltar que esse produto foi testado em nossa sala de aula, o que nos faz acreditar que ele possa ser utilizado em outras práticas docentes. Quanto à metodologia, esta pesquisa parte de uma abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Leitor crítico. Práticas de leitura e escrita.

## ABSTRACT

The objective of this research is to propose activities of reading and writing practices that enable the formation of critical readers through texts that address the theme “Violence against women”, either because they denounce or incite this violence. Our theme is justified by two social demands: the formation of critical readers capable of questioning the problems around them and the need to develop a critical awareness about the serious problem of gender violence, instead of treating it as an ordinary event. Gender violence says it is a type of physical or psychological violence practiced against an individual or a group based on their sex or gender, with women being directly involved in this problem; thus, in the context of this research, we have delimited the term “gender violence” to designate only violence against women. This work is based on the ideas of Paulo Freire (1990), Who emphasizes reading as a political act, as well as education, and that, therefore, should not be practiced mechanically. In this perspective, we dialogue with Silva (1999), Who criticizes the reducing (simplistic) forms of reading; with Britto (2016) Who states that reading as a social practice should not be used as a simple act of deciphering and with Geraldi (2012), Who criticizes the teaching of the Portuguese language in a purely grammatical way. To reference violence against women, we used data from institutions that work to defend women's rights, such: Agência Patrícia Galvão (2019), Instituto Maria da Penha (2019), Center for tackling Gender-based Violence in Defense of the Right of Women (Nevid) (2019) and Research Laboratory on Violence against Women (Lapvim) (2019). Besides, concerning the inferiorization of women to men, something that contributes to gender violence, we consult the ideas of Simone de Beauvoir (2019). This research resulted in an educational product, being a notebook of activities of reading and writing practices, which was based on the methodology suggested by Geraldi (2012) that emphasizes the importance of integrating the practice of teaching the Portuguese language to read, to textual production and linguistic analysis. This product was tested in our classroom, which makes us believe that it can be used in other teaching practices. As for the methodology, this research starts with a qualitative approach.

**Keywords:** Violence against women. Critical reader. Reading and writing practices.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Segunda página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha.....	40
<b>Figura 2.</b> Terceira página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha.....	41
<b>Figura 3.</b> Oitava página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha.....	42
<b>Figura 4.</b> Nona página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha.....	43

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>UM MAPA DO ÓDIO ÀS MULHERES</b> .....	25
2.1	POSSÍVEIS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	28
2.2	SALVE MARIA DA PENHA! .....	31
2.3	A INFERIORIZAÇÃO DAS MULHERES .....	34
2.4	NÃO TE ESTUPRO PORQUE VOCÊ NÃO MERECE .....	36
<b>3</b>	<b>AMPARADAS SIM, EMPODERADAS NÃO: AS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E AMPARO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTANHA-ES</b> .....	39
<b>4</b>	<b>A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO COMO UM POSSÍVEL INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS OPRIMIDOS E DAS OPRIMIDAS</b> .....	51
4.1	AQUELE QUE É LEITOR X AQUELE QUE LÊ .....	53
4.2	A LEITURA COMO UM INSTRUMENTO DE (DES)DEMOCRATIZAÇÃO .....	56
4.3	O PAPEL DO PROFESSOR, DA ESCOLA E DO ALUNO NA CONSTRUÇÃO DO LEITOR CRÍTICO .....	58
<b>5</b>	<b>O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	67
5.1	OS PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	72
5.1.1	<b>As Escolas</b> .....	72
5.1.2	<b>O Ifes, campus Montanha</b> .....	72
5.1.3	<b>A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Elpídio Campos de Oliveira</b> .....	74
5.2	AS TURMAS.....	75
5.2.1	<b>O 1º ano do Ensino Médio</b> .....	75
5.2.2	<b>O 9º ano do Ensino Fundamental</b> .....	75
5.3	A CIDADE .....	76
5.4	O PRODUTO EDUCACIONAL: EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A GENTE METE A COLHER .....	76

5.5	APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA E OS RESULTADOS OBTIDOS .....	78
5.5.1	<b>O que você sabe sobre a violência contra a mulher?</b> .....	79
5.5.2	<b>Notícia: A violência contra a mulher em destaque</b> .....	80
5.5.3	<b>Entendendo as especificidades da Violência contra a mulher</b> .....	82
5.5.4	<b>Você costuma dizer frases machistas?</b> .....	83
5.5.5	<b>Análise de algumas letras de música machistas</b> .....	85
5.5.6	<b>Discurso de valorização às mulheres</b> .....	90
5.5.7	<b>E agora, o que você sabe e pensa sobre a violência contra a mulher?</b> ...	92
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98
	<b>APÊNDICE A</b> – Pesquisa sobre leitores e não leitores.....	106
	<b>APÊNDICE B</b> – Termo de assentimento.....	107
	<b>APÊNDICE C</b> – Transcrição da Entrevista concedida pela advogada Camila Tardin Mariano Passos. ....	108
	<b>APÊNDICE D</b> – Transcrição da entrevista concedida pela psicóloga Fabiana Moulin Antunes Oliveira.....	111

## 1 INTRODUÇÃO

Aos 10 anos de idade, vivi minha primeira decepção amorosa. Meus pais se separaram, e eu, que como muitas meninas via na figura paterna um grande protetor, de repente perdi o contato diário com meu pai. Ele se mudou para outra cidade e sua irresponsabilidade financeira para comigo foi gradativa. Assim como ocorre com tantas mulheres brasileiras, minha mãe se tornou também um pai. Todos os dias ela saía antes das 6h para trabalhar em uma fábrica de roupas e retornava somente às 23 horas, pois durante a noite ela estudava. Embora tivesse a presença constante de alguns familiares em nossa casa, a maior parte do tempo eu passava sozinha. Acostumei-me a me dividir entre os afazeres domésticos, os estudos e a música. Nessa época, fui influenciada por alguns colegas da escola a ouvir Legião Urbana. Passei a ouvir todos os dias, durante várias horas. Acredito que esse tenha sido o meu primeiro contato com a poesia. Aos dez anos de idade, eu queria escrever e me expressar como Renato Russo. Passei a fazer anotações diárias sobre meus sentimentos – e eu sentia muitos. Assim, fiz da escrita um escudo que me ajudava a superar a solidão e a revolta do abandono.

Embora eu seja branca de olhos claros, ressalto com orgulho que sou filha de mãe negra, pobre e quase solteira. Eu também poderia dizer que sou filha de uma mãe sem estudos, não fosse a garra de minha progenitora. Na adolescência, não lhe foi dado o direito de estudar. Quando ela tinha dezessete anos eu já estava em seus braços, e somente aos vinte e sete, minha mãe retornou à sala de aula. Sua postura determinada em reescrever sua história foi decisiva na formação de minha personalidade. Durante anos eu assisti àquela mulher dormir poucas horas diárias a troco de concluir seus estudos e de manter nosso sustento; eu precisava fazer no mínimo igual ou melhor do que ela.

Aos 16 anos consegui meu primeiro emprego por meio de um programa da prefeitura da minha cidade, Linhares/ES, que selecionava adolescentes de escolas públicas que apresentassem bom rendimento estudantil para trabalharem em repartições municipais. Fui enviada para uma escola, a mesma em que cursei meu Ensino Fundamental. Lá eu fazia trabalhos administrativos, até que um dia uma professora da quarta série faltou e, na ausência de um substituto, eu me ofereci para

ir à sala de aula. A turma tinha trinta e cinco alunos e era considerada agitada; entrei com a cara e a coragem, e sem nenhum planejamento. Naquela semana comemorávamos o aniversário da nossa cidade. Lembro-me de que contei aos alunos a história do nosso município, falava em bom tom e com entusiasmo, andando pela sala e acariciando os cabelos de cada um. Depois passei umas perguntinhas sobre o assunto, olhei os cadernos, corriji, deixei que desenhassem uma paisagem da cidade e pedi que apresentassem aos colegas, fiz um painel com os desenhos, contei mais histórias e fui embora feliz. Fiz tudo por instinto e copiando a postura de alguns professores que tive. Essas substituições se repetiram várias outras vezes. Começava a nascer a professora Isis.

Aos 17 anos eu estava pronta para a Universidade. Não foi difícil escolher. Somei a vontade de expressar minhas ideias, o amor pela escrita, o apreço pela literatura (que eu começava a construir) e a maneira como me sentia à vontade ministrando aulas. O resultado foi Letras. Naquela época, minha mãe havia concluído o ensino médio e feito um curso profissionalizante. Finalmente ela havia abandonado a fábrica de roupas e se tornado cabeleireira. Meu contrato de emprego terminou assim que concluí o Ensino Médio. O dinheiro ainda era curto e nós duas sabíamos que, para iniciar uma faculdade, eu precisaria conseguir um emprego. Tentar vaga na rede federal, longe da minha cidade, jamais passara pela minha cabeça; na verdade, eu sabia pouco sobre isso. Fiz o vestibular numa instituição particular de Linhares, peguei dinheiro emprestado, paguei a matrícula, respirei fundo e fui. Minha mãe ficou dias levantando documentos e correndo pra lá e pra cá atrás de uma forma de financiar o curso e diminuir o valor da mensalidade, que na época era maior do que um salário mínimo. No segundo semestre, consegui um emprego no comércio e assim passei a trabalhar durante o dia e estudar à noite. Era cansativo, mas eu fazia questão de estudar de verdade e de dar o meu melhor. Tudo valeu à pena. Formei-me em 2007. Aos 20 anos de idade, eu estava formada e pós-graduada.

Os primeiros seis meses após a conclusão do curso foram sofríveis. Por questões de afinidade, eu já não suportava trabalhar no comércio, ao passo em que não conseguia uma vaga de emprego para dar aula. Ser professora passou a ser um sonho e, ao mesmo tempo, uma realidade que parecia distante. Até que, aos

poucos, com uma substituição aqui e outra ali, fui galgando meu espaço. Por intermédio de alguns de meus professores, consegui uma vaga para lecionar em algumas escolas particulares. Confesso que, nos meus dois primeiros anos de profissão, minha preocupação em fazer tudo direitinho, conforme desejasse a instituição em que trabalhava, era muito maior do que minha consciência política (quase inexistente) acerca da educação. Eu estava sempre focada na aula do dia seguinte, levava meus materiais para casa e passava as noites e os finais de semana me preparando e estudando. Hoje, um pouco mais madura, olho para esse meu passado com certo carinho. De alguma maneira eu tentava melhorar como professora, mesmo que somente em forma e em conteúdo; penso que um profissional consciente se construa a partir desses pequenos começos.

Embora preocupada com a qualidade estética e com o conteúdo de minhas aulas, faltava-me a consciência política, que hoje julgo essencial à vivência de um professor. Tal ausência me trouxe, durante um período, uma negação da minha profissão, aquela mesma com a qual eu sonhei um dia. Em alguns ambientes pelos quais eu circulava, era constante ouvir pessoas falando que eu tinha capacidade e inteligência para ir além. Traduzindo, diziam-me que eu estava desperdiçando minha inteligência sendo professora em um país tão ingrato com os educadores. Ouvi isso tantas vezes que comecei a acreditar. Já no meu primeiro ano lecionando, a educação passou a ser o meu “plano B” e eu comecei a construir o que então seria o meu “plano A”; em minha nova perspectiva, eu seria promotora de justiça e estudaria o tempo que fosse necessário para conseguir isso.

Iniciei o curso de Direito numa faculdade pública municipal recém-inaugurada na minha cidade, dividindo-me entre o curso e a profissão. O primeiro semestre foi positivo. Estudava matérias teóricas que me davam base para muitas vivências cotidianas. A partir do segundo semestre, que foi quando comecei a ter contato direto com questões do ordenamento jurídico, uma grande insatisfação tomou conta de mim: julguei as leis um tanto quanto mecânicas e comecei a me frustrar com a ausência de sentido poético e expressivo nas leituras obrigatórias que fazia, percebi que ali eu não precisava questionar a história por trás daquele crime a que a lei se aplicava. Fui notando, aos poucos, que eu não havia nascido para julgar, eu preferia acolher. Após assistir a um júri, entendi que minha visão acerca do mundo jurídico

era meramente *hollywoodiana*. Eu não achava lindo aplicar as leis, lindo para mim era ver alguém representando essa aplicabilidade, agrupando em suas falas hipérboles e hipertextos. Aos poucos, fui lendo meus próprios sentidos e entendendo quem eu realmente era.

É preciso que eu volte à infância para ressaltar um fato importante na construção de minha história. Durante o Ensino Fundamental II, fui fortemente influenciada por minha professora de português. Seu nome era Glaucia Buffon. Ela era linda. Lembro-me de que ela ia com o visual impecável lecionar suas aulas. Sou capaz de recordar até seu perfume e o cheiro de seus cabelos que eu sentia quando ela prontamente ia até minha mesa para me explicar alguma coisa. Ela valorizava nossos gostos, fazia questão de conhecer nossas histórias e de nos acolher. Recordo-me de que certa vez escrevi um poema que, quando me foi solicitado, li para a turma. A reação da professora Glaucia foi estimulante: “Veja só, temos uma Cecília Meireles aqui na sala”. Talvez nós professores não tenhamos a exata noção do quanto nossas palavras podem influenciar a vida de nossos alunos; por isso, é preciso medi-las para o mal e não as poupar para o bem. A fala de minha professora fez-me acreditar que eu era boa em alguma coisa. Eu já sentia certa aptidão e encantamento para com as Letras, mas foi naquele momento, por meio daquelas palavras, que eu percebi que, além de mim mesma, mais alguém acreditava no meu potencial. Foi ali que enxerguei que eu era alguém.

Diante da insatisfação com o Direito, como se me viesse à cabeça um flashback, de repente comecei a entender que eu poderia ser a professora Glaucia Buffon de alguém. Refleti sobre o fato de que somente a dedicação e a verdadeira crença na educação poderiam me permitir acolher vidas, ao invés de julgá-las. Por isso, abandonei o curso de Direito e passei a me dedicar de forma integral à sala de aula e a me interessar verdadeiramente pela vida e pelo futuro de meus alunos. Vesti a camisa da educação, passei a exercer minha profissão de cabeça erguida e a debater com aqueles que a desmereciam, ressaltando que tentar desviar um jovem profissional de seu dom, como fizeram comigo, é algo cruel. Passei a enxergar a “Profissão Professor” como uma missão de vida a qual eu estava intimamente ligada. Todo esse sentimento foi construído por meio da valorização de minhas experiências cotidianas: um aluno que evoluía em comportamento ou em conteúdo,

um educando que, de qualquer forma, demonstrava carinho por mim, uma reunião de pais ou pedagógica em que eu podia trocar ideias sobre vidas e sobre educação, um curso que me fazia repensar práticas e aprender coisas novas, um aluno tímido que de repente lia em voz alta, uma apresentação de um trabalho em que a desenvoltura de meus discentes me emocionava, recadinhos carinhos nas provas, a cumplicidade entre mim e meus alunos e tantos outros eventos gratificantes que só quem gosta do que faz é capaz de compreender. Lembro-me de que uma vez, próximo ao dia dos professores, um grupo de alunos me deu um presente. Ao me entregarem, disseram que, quando foram à loja, informaram à vendedora que eu era uma professora muito meiga. Fiquei surpresa, pois nunca havia ouvido tal elogio, nem eu mesma me sentia meiga. Talvez eu fosse mesmo e por ter me disposto a enxergar verdadeiramente meus alunos, eles também se propuseram a fazer o mesmo por mim.

Acredito que toda a minha satisfação em dar aulas seja justificada pelo fato de, por muito tempo, eu circular por ambientes de trabalho privilegiados, nos quais eu vivenciava alguns conflitos sim, mas todos passíveis de serem resolvidos com diálogo e esforço diário. Também acredito que assumi uma postura pacífica que muito me ajudou no trato com meus alunos, independente da idade que tivessem. Dos meus 21 aos 27 anos, trabalhei em uma escola da rede particular; concomitante a isso, aos 23 anos, passei em um concurso da rede municipal de Linhares e comecei a me dividir entre as duas redes de ensino. Embora me sentisse bem em ambos ambientes de trabalho, em um determinado momento algo começou a me incomodar. Dedicava-me a uma jornada semanal de 61 horas de trabalho e não me restavam tempo e disposição para estudar. Eu tinha apenas 27 anos e me sentia estagnada. Claro que acredito que um professor possa sim se sentir realizado vivendo uma realidade parecida com a que eu vivia, mas como cada um possui a sua verdade, eu decidi seguir a minha. Sem desconsiderar minhas necessidades financeiras, passei em um concurso da rede estadual de ensino, pedi demissão da escola privada em que trabalhava e, em julho de 2016, passei a atuar apenas na rede pública, em dois horários.

Naquele período, o desejo de iniciar um mestrado era enorme, mas ainda me via distante dos bancos das universidades federais, na mesma medida em que não

desejava cursar um mestrado na rede particular. Minhas maiores dificuldades eram o fato de não haver uma pós-graduação *scrito sensu* em minha cidade e o de os cursos oferecidos na capital serem durante a semana. Em 2017, refleti sobre meus anseios e percebi que não lutar para realizá-los poderia ser muito ruim para a minha felicidade. Então, eu decidi reinventar minha vida. Para diminuir minhas despesas, vendi meu carro. Enquanto pesquisava uma forma de iniciar o tão desejado mestrado, descobri o Profletras (Mestrado Profissional em Letras). Fiz a prova e fui aprovada em primeiro lugar. Pedi licença sem remuneração da minha cadeira na prefeitura e, em 2018, uma nova vida começava para mim: de segunda a quarta lecionava em Linhares e, de quinta a sexta, estudava em Vitória.

Devo ressaltar que, ao assumir o cargo na rede estadual de ensino, deparei-me com uma estrutura física e institucional muito ruim. Isso não me impediu de dar o meu melhor aos meus alunos. Considero importante mencionar que eu sempre era solicitada a atuar nas turmas de Ensino Fundamental que davam mais trabalho, pois, segundo minha então diretora, eu “tinha um jeitinho especial para lidar com esses problemas”. Meu jeito era demonstrar preocupação e dar atenção, porque acredito que, o aluno que percebe que seu professor não se importa, também não irá dar importância ao que lhe é proposto. Como exemplo, cabe citar uma lembrança que tenho de uma turma de sétimo ano que se mostrava bem desfocada quando os conheci, mas com diálogo e organização consegui desenvolver um trabalho prazeroso sobre relato de memória e de viagem. Esse trabalho nos rendeu uma conversa de cinquenta minutos via *Skype* com o velejador e escritor Amyr Klink, tudo organizado por mim e pela turma. Foi um momento lindo, até a internet da escola, que vivia fora do ar, colaborou aquele dia.

A desestrutura com a qual me deparei na rede estadual de ensino me incentivou a continuar estudando e buscando uma melhor realidade profissional. Foi assim que, em meio ao mestrado, fui aprovada em concurso público para atuar como professora do Instituto Federal de Alagoas (Ifal). Tomei posse do meu cargo e mudei-me para aquele estado, onde permaneci por um ano, já que logo consegui uma permuta para o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). Hoje, com muita satisfação, sigo atuando no campus Montanha.

Retornando um pouco na narrativa, minha mãe, que é uma das responsáveis diretas pelo meu êxito pessoal e profissional, após o término da minha graduação, iniciou a sua, formando-se em pedagogia e especializando-se em educação especial. Hoje, tenho um irmão de 6 anos que possui espectro autista e que assim como eu recebi, recebe todo o suporte da minha mãe.

O tempo de estudo até aqui – que acredito, só esteja começando – proporcionou aprofundar-me no mundo da linguagem, mundo esse sobre o qual falo com entusiasmo e convicção para meus alunos, deixando claro a eles minha identidade e afirmando que sou das Letras por paixão. Concomitante a isso, foi conhecendo as ideias de Paulo Freire que minha visão política acerca da educação começou a florescer. Passei a defender a necessidade constante de um ensino significativo, cuja proposta político-pedagógica esteja alicerçada a uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a sua realidade social, política e histórica.

A primeira vez em que ouvi falar sobre Paulo Freire, foi por meio de um professor que, ao se referir ao nosso Patrono, disse que Freire não era muito bem aceito pela classe educacional por ser muito utópico. Ao ouvir isso, pensei: “isso não seria bom? Sonhar com um mundo ideal e mais justo não seria o mínimo que nós educadores deveríamos fazer?” Neguei-me a tomar como verdade absoluta as palavras de meu professor e, como o próprio Freire me aconselharia, acionei a minha veia pesquisadora e fui investigar o porquê de esse homem ter sido escolhido como o Patrono da educação brasileira.

Em minhas pesquisas, deparei-me com um Freire humanizador, que acredita na educação como um ato político, que coloca a leitura crítica no centro dessa educação e que é convicto de que uma educação engajada é capaz de proporcionar aos indivíduos a mudança da realidade que os incomoda. Conhecendo melhor a história de Freire, suas atuações no mundo da educação e seu legado, entendi que a utopia de Freire era necessária, pois em função dessa utopia, ele caminhava para frente, a favor de uma educação transformadora.

Baseando-me em Freire, comecei a repensar minha prática enquanto educadora. Atrelando o pensamento freireano com os pensamentos de Geraldini (2012), optei, enquanto professora de língua portuguesa, por não praticar um ensino da língua meramente gramaticalizado. Logo, o contexto histórico e político por trás dos textos é algo que sempre está presente em minhas aulas. Concomitante a isso, tais reflexões políticas acerca do campo educacional influenciaram também a escolha do tema desta pesquisa, pois passei a olhar para minhas vivências pessoais enquanto mulher de maneira crítica e, também, a desejar contribuir com minha prática docente.

Quando escolhi este tema, minha orientadora comentou o fato de que, normalmente, escolhe-se um tema por afinidade e também por ser algo que de alguma forma nos aflija. De fato, várias foram as vezes em que presenciei ou sofri com atos machistas, algumas inclusive sendo vítima de importunação sexual<sup>1</sup>. A maior injustiça que destaco é a de não saber que se está sendo vítima de um crime, mesmo desconfiando de que as ações praticadas pelo outro não são plausíveis. No meu caso, que passei por essas situações de constrangimento e violação da dignidade por ser mulher entre meus 12 e 21 anos de idade, somente próximo aos 30, ouvindo sobre os direitos da mulher, sobre empoderamento e sobre “Não é Não”<sup>2</sup> é que me dei conta de que naquela época eu havia sido importunada e seriamente desrespeitada. Então, ao escolher esse tema, pensei especialmente em minhas alunas que podem passar por situações como as que eu passei e acabarem silenciadas por medo ou pela falta de conhecimento; pensei também em meus alunos que acostumados a um contexto machista, podem se tornar importunadores de mulheres, caso uma educação igualitária não lhes seja apresentada.

É inevitável perceber o quanto é arriscado ser mulher na sociedade em que vivemos. Há séculos sofremos diversos tipos de violência, entre eles o machismo que, por ser uma forma de preconceito, configura-se como uma violência causadora

---

<sup>1</sup> O crime de importunação sexual, definido pela Lei n. 13.718/18, é caracterizado pela realização de ato libidinoso na presença de alguém de forma não consensual, com o objetivo de “satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. O caso mais comum é o assédio sofrido por mulheres em meios de transporte coletivo, mas também enquadra ações como beijos forçados e passar a mão no corpo alheio sem permissão. O infrator pode ser punido com prisão de um a cinco anos (cnj.jus.br, 2019).

<sup>2</sup> Título de uma campanha contra o assédio às mulheres (g1.com, 2019).

de muitas outras. Além disso, somos silenciadas e recebemos a culpa por nossa própria desgraça. Embora a mídia tenha intensificado nos últimos anos as denúncias dos inúmeros casos de violência contra a mulher que ocorrem diariamente em nosso país, a constância desses atos não diminui. Mesmo havendo um mecanismo de proteção às mulheres – a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha –, mais de 500 são agredidas no Brasil a cada hora, segundo um levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública feito em 2019.

A Agência Patrícia Galvão (2019), que atua em ações pelos direitos das mulheres, afirma que há um desequilíbrio entre as concepções desiguais de gênero que determinam os comportamentos femininos e masculinos tidos como socialmente adequados. Na raiz dessas concepções e como consequência delas, está o machismo que, além de ser uma forma de violência, acredita-se que seja uma das principais causas da violência contra a mulher.

Parafraseando Nelson Mandela, acredito que assim como uma pessoa não nasce racista<sup>3</sup>, ela também não nasce machista. Uma ideologia de superioridade só é incorporada por um indivíduo quando lhe é ensinada. E se podemos ensinar nossas crianças a reproduzirem o discurso machista, também conseguimos ensiná-las o contrário. A questão é que muitos de nós também o fazemos, fato que ocorre porque diversas vezes não questionamos nossa própria realidade. Se considerarmos que a violência contra a mulher está a nossa volta e que à mercê dela está a sociedade como um todo, sendo homens ou mulheres, entenderemos que, ou lutamos contraesse mal, ou seremos de alguma forma atingidos por ele.

A maneira que eu, assumindo-me como professora com consciência política, encontrei para lutar contra a violência de gênero, a qual me incomoda enquanto cidadã e me aflige como mulher, foi por meio da educação, levando a meus alunos leituras que abordem o tema da violência contra a mulher e incentivando-os a questionarem e a criticarem qualquer forma de machismo que se apresente a eles.

---

<sup>3</sup> Em 1990, ao deixar a prisão depois de viver 27 anos como preso político em função de sua luta contra o regime de segregação racial imposto à África do Sul, o Apartheid, Nelson Mandela disse: “Ninguém nasce odiando outra pessoas por causa da cor de sua pele ou de onde ela vem, ou de sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar” (Revista Época, 2019).

Isso é, portanto, o que me motivou a desenvolver esta pesquisa.

Lembro-me de que quando estudava no Ensino Fundamental, diversas foram as campanhas feitas na escola em que estudei acerca do risco da escassez da água. Recordo-me de minhas professoras engajadas nos ensinando algumas maneiras de economizar esse recurso e também de chegar em casa e transmitir isso aos meus familiares, que diante da importância do assunto, acabavam seguindo meu exemplo. Até hoje, em minhas atividades diárias, sigo o que aprendi no Ensino Fundamental sobre economia de água. Embora singela, essa é uma prova de que a educação pode sim mudar nossa postura social. Tão sério quanto o problema da escassez da água, capaz de matar pessoas, é o problema da violência contra a mulher, que vem matando diariamente. Levar essa questão à sala de aula, de modo a incentivar nossos alunos a pensarem criticamente sobre ela é dever de nós professores, que temos nas mãos a chave para a transformação da atual realidade: a educação. Assim, julgo necessário e importante que nossos alunos tenham acesso a leituras que abordem o tema “violência contra a mulher”, uma vez que a realidade de nosso entorno, seja qual for a localidade onde se vive, está imersa em ocorrências de práticas de violência de gênero.

Além das justificativas já expostas, é importante salientar que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular)<sup>4</sup> cita que

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas da autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, [...] destaca-se a educação em direitos humanos [...] (BRASIL, 2018, p. 19-20).

Mesmo assim, os livros didáticos utilizados nas turmas selecionadas para o desenvolvimento desta pesquisa, os quais pertencem à coleção “Português Linguagens” (2015) de William Cereja e de Thereza Cochar, não privilegiam em seu

---

<sup>4</sup>A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no país por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito (BRASIL, 2018).

acervo textual a questão da violência contra a mulher, que é um tema contemporâneo de grande relevância.

Dessa forma, vamos ao encontro da BNCC ao abordamos o tema da violência contra mulher, uma vez que este é um assunto bastante pertinente à sociedade e que necessita ser urgentemente debatido em nossas salas de aulas.

Outro alinhamento que esta pesquisa estabelece com Freire (1990) parte de sua concepção sobre a prática da leitura, que segundo ele, não deve ser meramente descritiva, levando o aluno somente à memorização, sem proporcionar-lhe o real conhecimento de algo. Da mesma forma, alicerçamo-nos em Ezequiel Theodoro da Silva (1999), que critica o que chama de “leitura simplista”, ou seja, aquela que despreza elementos fundamentais da leitura e diminui sua complexidade processual. Levamos ainda em consideração as ideias de Luis Percival Leme Britto (2016), o qual afirma que a leitura, enquanto prática social, não se limita à capacidade de decifração, pensamento que vai ao encontro das perspectivas defendidas neste trabalho, haja vista à ênfase dada à importância de uma leitura crítica que proporcione ao educando novos saberes e novas possibilidades de questionamentos acerca de sua realidade. Além disso, ao objetivarmos a construção de leitores críticos, posicionamo-nos contrários à estagnação docente, assim como faz Silva (1999), e consideramos que seja dever do professor amparar-se em um perfil democrático, preocupado em despertar nos alunos senso de capacidade crítica, curiosidade e insubmissão, conforme postula Freire (1990). Da mesma forma, desejando a disseminação de aulas de língua portuguesa que deixem de lado um ensino estruturalmente gramaticalizado, escolhemos João Wanderley Geraldi (2012) para construir nossa proposta de práticas de leitura e escrita.

No que diz respeito à violência contra a mulher, para nossa abordagem teórica, amparamo-nos nas considerações da filósofa francesa Simone de Beauvoir (2019) que, sendo feminista, versa acerca da situação da mulher em relação ao homem na sociedade. Além disso, para relatarmos os dados referentes à violência de gênero no Brasil, no Espírito Santo e no município de Montanha, coletamos dados divulgados por instituições que atuam em defesa dos direitos das mulheres, tais quais: Agência Patrícia Galvão, Instituto Maria da Penha, Núcleo de enfrentamento

às Violências de Gênero em Defesa do Direito das Mulheres (Nevid), Laboratório de Pesquisas sobre a Violência contra a Mulher (Lapvim) e Coordenadoria Municipal da Mulher do Município de Montanha-ES, na pessoa da assessora jurídica Camila Tardin, idealizadora dessa Coordenadoria.

Em resumo, portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral propor atividades de práticas de leitura e escrita que possibilitem a formação de leitores críticos a partir de textos que abordem o tema “violência contra a mulher”, seja pelo fato de denunciarem, refletirem ou incitarem a violência de gênero.

Como produto educacional resultante desta pesquisa, seguindo as ideias de Geraldi (2012), produzimos um caderno de atividades de práticas de leitura e escrita, visando à leitura crítica de textos que abordam ou incitam a “violência contra a mulher”. Embora tenha sido aplicado no decorrer desta pesquisa em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental e em outra da 1ª série do Ensino Médio, esse material pode ser direcionado a turmas que vão do 8º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, já que estas possuem conhecimentos prévios para desenvolverem as atividades de leitura e de escrita propostas no caderno de atividades. O produto foi testado por mim, em sala de aula, o que nos faz acreditar que ele possa ser utilizado em outras práticas docentes. Dessa forma, distribuiremos esse material nas escolas municipais e estaduais do município de Montanhas-Es, as quais contemplem as turmas de 8º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio.

Para melhor ordenação desta pesquisa, estruturamos este trabalho em seis capítulos. O primeiro constitui a introdução, a qual expõe meu percurso pessoal e profissional até aqui, bem como as motivações que me levaram ao desenvolvimento deste trabalho; o segundo versa sobre a violência contra a mulher, abordando os índices dessa violência, suas causas, consequências e a situação da mulher em relação ao homem; o terceiro relata as ações de conscientização e de amparo às mulheres vítimas de violência no município onde esta pesquisa foi desenvolvida, a saber, Montanha-ES; o quarto capítulo fala sobre a formação do leitor crítico, delimitando o que vem a ser um leitor crítico e qual o papel necessário ao professor, à escola e ao próprio aluno para que essa formação se configure; o quinto relata o

percurso metodológico da pesquisa, apresentando os espaços onde ela se deu, os participantes e o produto que resultou deste trabalho; por fim, no sexto capítulo, expressamos nossas conclusões finais acerca do que fora desenvolvido ao longo desta dissertação.

## 2 UM MAPA DO ÓDIO ÀS MULHERES

Na sociedade machista e sexista em que vivemos, quais motivos nós mulheres temos para nos sentirmos amadas?

Quando nos referimos ao termo “amada”, não fazemos menção ao sentido sexualizado da palavra. Referimo-nos ao afeto que é possível sentir pelo próximo e a partir de então respeitá-lo e valorizá-lo.

É possível a nós mulheres nos sentirmos plenamente respeitadas e valorizadas na sociedade em que vivemos?

Ao longo dos tempos, o mundo tem passado por diversas mudanças, as quais são ocasionadas por evoluções tecnológicas, inovações na moda, na forma de mercado, nas maneiras de se comunicar etc. Contudo, embora a sociedade esteja em constante evolução, há séculos a violência contra a mulher mantém a mesma constância.

Segundo Rosângela Agelin (2005), professora de Direito que leciona acerca dos direitos das minorias, em 1484, foi publicado pela Igreja Católica o chamado *Malleus Maleficarum* ou Martelo das Bruxas, que afirmava serem as mulheres “naturalmente” mais propensas à bruxaria. Sabe-se que nessa época a Igreja cometeu inúmeras atrocidades com o objetivo de manter seu poder. Vejamos algumas formas de violência cometidas contra mulheres que possuíam sabedoria popular e conhecimentos sobre partos ou cura de doenças:

[...] na busca de provas de culpabilidade ou a confissão do crime, eram utilizados procedimentos de tortura como: raspar os pelos de todo o corpo em busca de marcas do diabo, que podiam ser verrugas ou sardas; perfuração da língua; imersão em água quente; tortura em rodas; perfuração do corpo da vítima com agulhas, na busca de uma parte indolor do corpo, parte esta que teria sido “tocada pelo diabo”; surras violentas; estupros com objetos cortantes; decapitação dos seios [...]. Geralmente, quem sustentava sua inocência, acabava sendo queimada viva. Já as que confessavam, tinham uma morte mais misericordiosa: eram estranguladas antes de serem queimadas. Em alguns países, como Alemanha e França, eram usadas madeiras verdes nas fogueiras para prorrogar o sofrimento das vítimas. E, na Itália e Espanha, as bruxas eram sempre queimadas vivas (ANGELIN, 2005, p. 53).

Esses atos absurdamente cruéis, embora tenham ocorrido na baixa Idade Média, estão bem próximos de nós, com um incoerente agravante: diferente de hoje, naquela época não existiam leis contra essas práticas. Uma pesquisa rápida pela internet, feita em sites que operam com menor ou com maior sensacionalismo, é capaz de nos revelar inúmeros casos de violência contra a mulher, tais quais:

- “Ele era muito machista’, diz filho de comerciante queimada viva pelo ex-namorado em Campinas” (Site G1/2019).

- “Mulher grávida torturada até a morte havia registrado ocorrência contra o companheiro” (Site Gauchazh/2018).

- “Adolescente é encontrada morta e com um seio arrancado, na Grande João Pessoa” (Site Portal Correio/2017).

- “Mulher tem cabelos arrancados depois de pedir para marido levá-la ao mercado” (Site Midiamax/2016).

- “Mulher é amordaçada, amarrada e estuprada com pedaços de madeira” (Site G1/2013).

Esses fatos tornam-se ainda mais cruéis quando as mulheres são acusadas de terem provocado a ação de quem lhes feriu:

- “Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa”. (Site G1/2014)

Embora o Martelo das Bruxas nos pareça um evento remoto, a matança e as demais formas de violência contra a mulher estão bem próximas de nós e presentes em nosso cotidiano, conforme se verifica nos índices registrados no estado do Espírito Santo e no Brasil. No ano de 2012, constatou-se que este foi o estado brasileiro que obteve o maior número de casos de violência contra a mulher, segundo publicação da revista Exame (2016). De acordo com dados do site do jornal A Gazeta (2019),

um mapa feito pelo Núcleo de enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa do Direito das Mulheres (Nevid) constatou que neste estado, em 2016, houve o assassinato de 99 mulheres, seguido de 127 homicídios em 2017, 92 em 2018 e 18 entre janeiro e fevereiro de 2019. Além dos homicídios denunciados pelo Nevid, segundo o site do jornal Folha Vitória (2018), a Polícia Civil do Espírito Santo afirma que em 2018 foram registrados 11.591 boletins de ocorrência por agressão contra as mulheres, dando uma média de 42 registros por dia. Atualmente, consoante ao Lapvim (Laboratório de Pesquisas sobre a Violência contra a Mulher), localizado na Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo), este é o quinto estado com maior número de registros de feminicídios no país (LAPVIM, 2019). Concomitante a isso, segundo o jornal O Globo (2018), pesquisas nos dão conta de que no primeiro semestre de 2018 foram registrados no Brasil 73 mil casos de violência contra a mulher. A esse respeito, a ONU (Organização das Nações Unidas) classificou, em 2018, a violência de gênero como uma “pandemia global”, conforme publicação do site Nações Unidas Brasil (2018). O Instituto Patrícia Galvão (2018), que atua há quinze anos no campo dos direitos das mulheres e da comunicação, afirma que a população feminina brasileira ultrapassou 103 milhões de mulheres em 2014 e uma em cada cinco considera já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência por parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”. Essa informação deixa claro que não só a violência contra a mulher ocorre no Brasil em larga escala como também ela é praticada de diferentes formas. Cabe ressaltar que estamos falando aqui de casos sobre os quais temos registros, no entanto, diante da atual conjuntura de nosso estado e país, não é impossível que muitos outros casos sejam vivenciados em silêncio por várias mulheres.

Até aqui falamos da violência contra a mulher em diversas esferas, praticadas por pessoas conhecidas ou não. No entanto, não podemos desconsiderar que a violência doméstica é um grave fenômeno que há tempos está presente no cotidiano das brasileiras. Para se ter uma ideia da gravidade desse problema, vamos citar alguns dados divulgados pela Agência Patrícia Galvão (2019):

- De acordo com o **Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil (Cebela/Flacso, 2012)**, duas em cada três pessoas atendidas no SUS em razão de violência doméstica ou sexual são mulheres; e em 51,6% dos atendimentos foi registrada reincidência no exercício da violência contra a mulher. O SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência em

2011 – 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico.

- A pesquisa **Violência e Assassinatos de Mulheres (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013)** revelou significativa preocupação com a violência doméstica: para 70% da população, a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil.

- Os dados dessa pesquisa revelam ainda que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. (Disponível em: [www.agenciapatriciagalvao.org.br](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br), acesso em: 13 out., 2019).

Os números citados comprovam que a violência contra a mulher tem se alastrado fortemente, tanto pelo estado do Espírito Santo quanto pelo Brasil. Preocupa-nos o fato de que a sociedade possa se acostumar com essa barbárie, assistindo passiva à violência de gênero. É importante denunciar e falar sobre a violência contra a mulher em todos os espaços possíveis, ressaltando sempre que esse é um mal que deve ser combatido e estranhado por todos.

## 2.1 POSSÍVEIS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Diante de tantos casos de violência contra a mulher, aqueles que se incomodam com essa realidade têm se perguntando qual a causa desse mal. Acredita-se que a violência de gênero perpassa, em primeiro lugar, pelo desrespeito aos direitos da mulher, o qual está arraigado em uma educação sexista e não igualitária que acaba por submeter a mulher às vontades de uma sociedade machista.

Sobre as possíveis causas da violência contra a mulher, inclusive a violência doméstica, a Agência Patrícia Galvão (2019) usa como premissa a fala de Nilcéa Freire, ministra de Políticas para as Mulheres durante o governo Lula: “há um enorme desequilíbrio de poder entre homens e mulheres – e a violência talvez seja a evidência mais cruel desse desequilíbrio”. A partir dessa fala, a Agência Patrícia Galvão (2019) conclui que “esse desequilíbrio está lastreado em concepções desiguais de gênero que determinam os comportamentos femininos e masculinos tidos como socialmente adequados”.

Há tempos vivemos mergulhados em uma grande desigualdade de gênero que, durante muitos anos (e em alguns contextos isso ainda perdura), deu ao homem o

poder supremo de decisão e à mulher o dever da obediência. Os direitos de votar, de trabalhar fora, de publicar livros, de fazer pesquisas científicas, de dirigir automóveis, de governar e certamente alguns outros foram “dados” à mulher tardiamente e sempre a partir de lutas e de protestos intensos. Seria incoerente de nossa parte dizer que não mais vivemos numa sociedade machista e sexista, uma vez que ainda pedimos a nossas meninas para se sentarem com as pernas fechadas, ainda diferenciamos brinquedos de meninas e de meninos com base em algumas profissões que julgamos serem mais femininas ou mais masculinas, ainda postulamos que a mulher tem uma idade máxima para se casar, enquanto o homem está sempre na idade, ainda rotulamos algumas mulheres como “mães solteiras” e usamos os termos “senhora” ou “senhorita” para deixar claro o seu estado civil, enquanto o do homem pouco importa, ou seja, ainda vivemos sob o julgo de um machismo evidente. Sobre esse contexto, Beauvoir (2019) conclui que:

Ora, a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap* (p. 17).

Esse machismo, que durante muito tempo jamais fora questionado, gerou uma educação sexista que se manifesta tanto no seio familiar quanto no âmbito escolar e religioso, conforme afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual destaca que a subjugação feminina é garantida por três instâncias principais: família, escola e igreja. A esse respeito, Bourdieu (2002) explica que

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita da linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajés, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. [...] E, por fim, a escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (...), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não

só os destinos sociais como também a intimidade das imagens em si mesmo (p. 102-103).

A falta de uma educação igualitária que possibilite aos indivíduos expandirem suas consciências quanto à representatividade feminina faz com que os casos de violência contra a mulher sejam vistos como corriqueiros, pois, de fato, em muitas situações é notório que ao homem foi dado o direito de expor seus instintos e à mulher o dever de se manter calada. Tal realidade se faz representada, por exemplo, na canção “Ai? Que saudade da Amélia”, lançada em 1942 pelos compositores Mário Lago e Ataulfo Alves, a qual ressalta uma pessoa resignada como o perfil ideal de mulher:

Nunca vi fazer tanta exigência  
 Nem fazer o que você me faz  
 Você não sabe o que é consciência  
 Não vê que eu sou um pobre rapaz  
 Você só pensa em luxo e riqueza  
 Tudo o que você vê, você quer  
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia  
 Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado  
 E achava bonito não ter o que comer  
 Quando me via contrariado  
 Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!  
 Amélia não tinha a menor vaidade  
 Amélia é que era mulher de verdade. (Disponível em <https://www.lettras.mus.br/mario-lago/377002/>. Acesso em: 12 out. 2019).

Muito conhecida no Brasil, acredita-se que essa música tenha caído na boca do povo tanto por sua melodia contagiante quanto por sua letra que é de fácil compreensão. Graças ao sucesso da música, o nome Amélia, segundo o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, popularizou-se como sinônimo de uma mulher submissa, com pouca vaidade, que se dedica aos trabalhos domésticos e que coloca as necessidades de seu companheiro acima de tudo (GEIGER, 2011). Essa música é um exemplo de disseminação de padrões machistas que acabam compondo o repertório cultural de nossa sociedade, muitas vezes de maneira inquestionável. Poderíamos até considerar o fator cronológico da letra como defensável, se ela não fosse cantada até hoje com a mesma simpatia de antes. De encontro aos ideais machistas, segundo o nosso entendimento, “Amélia” não é

necessariamente mulher de verdade, já que toda mulher tem o direito de ser exatamente o que ela quiser.

Fica claro que, além dos eventos históricos, questões culturais também contribuem para que a violência contra a mulher se configure hoje como uma pandemia mundial, conforme citou a ONU em 2018. À mercê disso, estamos nós: meninas e mulheres que temos medo de andarmos sozinhas em determinados lugares e horários; que já sofremos ou conhecemos alguma mulher que já sofreu algum tipo de violência praticada por alguém do sexo masculino; que ainda temos que lutar por salários mais justos<sup>5</sup>; que trabalhamos 72% a mais do que os homens nas tarefas domésticas (Revista Exame, 2018); que assistimos assustadas a uma mulher sendo assassinada a cada duas horas no Brasil<sup>6</sup> e que não nos sentimos amadas.

## 2.2 SALVE MARIA DA PENHA!

Neste país, desde 2006 temos um mecanismo legal que defende as mulheres da violência doméstica. A Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi sancionada pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contendo 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, parágrafo 8º).

Cabe ressaltar que, como tantos outros direitos das mulheres, essa lei não nos foi concedida sem que por trás dela fosse travada uma luta. Falamos da luta da cearense Maria da Penha Fernandes. A história dessa mulher é capaz de despertar, naqueles que levam em consideração os direitos das mulheres, sensações de tristeza e de orgulho. Tristeza por saber que, segundo o Instituto Maria da Penha (2019), ela sofreu abusos psicológicos e físicos por parte de seu esposo, chegando a levar um tiro nas costas enquanto dormia e ficando paraplégica, além de, anos depois, ter sido mantida em cárcere privado por quinze dias e ter sofrido um segundo atentado quando o marido tentou eletrocutá-la durante o banho, fatos

---

<sup>5</sup> Em dezembro de 2019, o site G1 publicou uma pesquisa da ONU que afirma que, embora as mulheres estudem mais do que os homens no Brasil, elas têm uma renda 41,5% menor do que eles.

<sup>6</sup> Um estudo do G1 divulgado em parceria com o núcleo de estudos da violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

esses ocorridos na década de 1980; e orgulho por saber que, segundo o mesmo Instituto (2019), diante da violência sofrida e do silêncio da justiça brasileira – que após recurso, deu liberdade ao agressor, mesmo diante de uma condenação de 15 anos de prisão – Maria da Penha não se calou e em 1998 seu caso ganhou dimensão internacional, quando ela, junto ao “Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL)” e o “Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)”, denunciou o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Ainda de acordo com o Instituto Maria da Penha (2019), graças à luta dessa mulher, em 2001 e após receber quatro ofícios da CIDH/OEA de 1998 a 2001, o Estado brasileiro foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. O engajamento de Maria da Penha impulsionou a criação de um Consórcio de ONGs (Organizações não Governamentais) feministas, as quais disseminaram debates com o legislativo, o executivo e a sociedade brasileira, promovendo assim a aprovação do projeto de lei 4.559/04 que deu origem à lei 11.340/06. Além de pagar à Maria da Penha uma indenização pelos danos sofridos, o Estado brasileiro deu seu nome à lei que defende as mulheres da violência doméstica, como forma de reconhecimento da luta dessa mulher.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) prevê no Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V, cinco tipos de violência contra a mulher, de modo que as maneiras como esses tipos de violência são praticados também estão postuladas:

- Física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher;
- Psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;
- Moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria;

- Sexual: qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;

- Patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Como medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica, a lei Maria da Penha determina que:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo (BRASIL, Lei 11.340 de 22 de setembro de 2006).

Em 2018, o Instituto Patrícia Galvão republicou um dado sobre um estudo feito pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acerca dos índices da violência contra a mulher no Brasil, registrados entre os anos de 2009 e 2011. Constatou-se então que a maior parte das vítimas eram mulheres jovens, negras e com baixa escolaridade. Segundo o Lapvim (2019), as mulheres negras e pobres são as que mais sofrem violência no Brasil, o mesmo órgão registra que o Espírito Santo está em segundo lugar no índice de violência contra negras. Sem jamais desconsiderar que as mulheres negras são as que mais sofrem violência neste país, chama-se

atenção para o fato de que a violência contra a mulher não se limita a determinado grupo social, conforme uma segunda publicação do Instituto Patrícia Galvão (2019) que cita como exemplo a violência doméstica sofrida pela modelo Luiza Brunet, que em 2016 foi agredida por seu então marido, o empresário Lírio Parisotto, enquanto o casal fazia uma viagem por Nova York. O mesmo exemplo pode ser dado a partir do caso de Maria da Penha, que na década de 1980, quando foi vítima de duas tentativas de feminicídio, possuía título de mestra na área de biomedicina (Instituto Maria da Penha, 2019).

O fato é que mulheres de diferentes perfis estão propensas a sofrerem qualquer um dos cinco tipos de violência condenados pela Lei Maria da Penha. E, embora se tenha notado neste século um suposto aumento da violência contra a mulher, acreditamos que essa violência sempre existiu em larga escala, o que aumentou – ou tornou-se evidente – foi a visibilidade desses casos que durante séculos passaram impunes; a necessidade de criação da Lei Maria da Penha é uma prova real disso.

### 2.3 A INFERIORIZAÇÃO DAS MULHERES

Em sua obra *O segundo sexo*, Beauvoir (2019) faz a seguinte afirmação:

[...] espantamo-nos muitas vezes ao ver com que facilidade uma mulher pode abandonar a música, os estudos, a profissão logo que encontra um marido; é que empenhara muito pouco de si mesma em seus projetos para descobrir grande proveito na sua realização. Tudo contribui para frear sua ambição pessoal, enquanto uma enorme pressão social a convida a encontrar no casamento uma posição social, uma justificação (p. 121).

Embora tenha nos alertado sobre isso no século passado, concordamos que muitos casos como esse suscitado por Beauvoir ocorrem até os dias atuais em nosso país, principalmente entre jovens de classe baixa e de menor escolaridade, com menores condições de lutarem por seus direitos, já que muitas vezes elas não têm oportunidade de escolha, por lhe faltarem condições de estudo ou de trabalho nos lugares onde vivem. Não podemos desconsiderar que esse tipo de evento contribui para que muitas mulheres aceitem passivas a violência sofrida, já que, ao dependerem financeiramente de seus algozes, vêem-se fadadas a uma relação abusiva. Nesse sentido, constatamos que a violência contra a mulher também é um

problema de causas econômicas. Devemos considerar ainda que a violência contra a mulher, que tem como uma de suas causas a desigualdade de gênero, acaba por sustentar essa mesma desigualdade, haja vista que a violência afeta o pleno desenvolvimento das mulheres em todas as esferas de suas vidas, pois “inseguras, elas ocupam menos espaços, e são acometidas por sofrimentos emocionais que as impedem de crescer e avançar profissionalmente e pessoalmente” (ENGEL, 2019, p. 45).

Nessa perspectiva, enxerga-se que a violência contra a mulher é um grave problema que há séculos crucifica as mulheres de nossa sociedade. No Brasil, mesmo a criação de uma lei que defende as mulheres não tem sido capaz de diminuir o índice de violência contra elas, conforme apontam os números. Embora a luta contra esse mal seja constantemente travada por instituições e por mulheres que diariamente questionam a falta ou reafirmam a preservação de seus direitos, nota-se que a violência de gênero disseminou-se em nossa sociedade baseada em aspectos culturais, os quais estão alicerçados em uma educação sexista e machista.

Diante desse contexto, cabe-nos refletir sobre a seguinte ponderação de Beauvoir (2019):

[...] quando um indivíduo ou grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; [...] Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades menores: o problema é saber se esse estado de coisas deve se perpetuar (p. 21).

Não. Esse estado de inferioridade da mulher não deve se perpetuar. Por esse motivo, enxerga-se clara a necessidade de que as formas de violência de gênero e qualquer usurpação dos direitos femininos sejam assuntos debatidos em nossas escolas, com o objetivo de que tanto o padrão social machista quanto a educação sexista que vivenciamos sejam questionados e problematizados. Sendo assim, este trabalho, ao abordar o tema “violência contra a mulher”, objetiva, por meio da educação e da leitura crítica, contribuir para a formação de indivíduos conscientes dos direitos da mulher e contrários a qualquer forma de inferiorização dela.

## 2.4 NÃO TE ESTUPRO PORQUE VOCÊ NÃO MERECE

A frase que inicia este tópico foi dita em 2014 pelo então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro contra a também deputada federal Maria do Rosário. A fala foi proferida em tom de injúria, durante uma discussão, e foi reiterada mais tarde por Bolsonaro, conforme publicação da revista Carta Capital (2017):

Em dezembro de 2014, Bolsonaro falou publicamente a respeito da possibilidade de estuprar a parlamentar petista, sua rival política, em três ocasiões diferentes. Em 9 de dezembro, no plenário da Câmara dos Deputados, disse que não estupraria a colega porque ela não merecia. No mesmo dia, o deputado postou em sua página oficial no Youtube um vídeo, intitulado “Bolsonaro escova Maria do Rosário”, com o discurso em plenário e fotos de manifestações pró-ditadura.

No dia seguinte, Bolsonaro concedeu entrevista ao jornal Zero Hora, do Rio Grande do Sul, onde reafirmou o que havia dito na Câmara. “Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”.

O desprendimento com que Bolsonaro disse essa frase repetidas vezes é um exemplo de como o machismo é um preconceito que está arraigado no Brasil. Muitas pessoas, homens e mulheres, estão habituadas a reproduzirem discursos machistas que deixam transparecer ódio ou que inferiorizam as mulheres, sem jamais questionarem o peso do conteúdo daquilo que dizem. Por exemplo, ao dizer que uma mulher não merece ser estuprada porque é feia, está se banalizando a prática do estupro que é um tipo de violência cruel, capaz de violar o corpo, a dignidade e o psicológico da mulher. Além disso, dizer que a mulher merece ou não ser estuprada por isso ou por aquilo é dizer que as mulheres devem aceitar passivamente a prática do estupro sendo essa prática colocada em um patamar de merecimento, nesse caso, merecer ou não dependeria dos atributos que a mulher tivesse a oferecer: “Essa é bonita. Então ela merece ser estuprada”. E para alguns inconsequentes e tomados de ignorância e falta de respeito ao próximo, dizer que a mulher merece ser estuprada poderia até soar como um elogio.

O fato de Bolsonaro ter sido eleito o Presidente da República, mesmo após ter sido autor de um ato público de machismo e de violência contra a dignidade da mulher, demonstra que milhares de brasileiros entendem a cultura do machismo como algo

normal, que não necessita de enfrentamento. Isso é considerado gravíssimo, já que, conforme expresso neste trabalho, uma das principais raízes do problema da violência contra a mulher é o machismo, que por si só, já é uma violência.

Tendo em vista o que fora expresso até aqui, no tocante à violência de gênero, é preciso, ao educar a sociedade contra o machismo, fazer um alerta acerca dos discursos machistas que muitas vezes são reproduzidos de maneira corriqueira, nos mais diversos âmbitos, e que reforçam a inferiorização da mulher. Cabe ressaltar que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2003, p.32), por isso, podemos concluir que os discursos machistas tanto são reproduzidos como são reproduzíveis e se lidarmos com eles com falta de estranheza, estaremos supondo que a inferiorização da mulher é algo aceitável, quando na verdade, devemos lutar contra essa inferiorização, a qual tem como consequência os inúmeros casos de violência de gênero que se alastram por nosso país.

Acreditamos que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 1999, p. 30). Assim, um discurso machista possui significados que vão muito além da semântica ou de questões circunstanciais. Proferir palavras que menosprezam a mulher é de fato almejar menosprezá-la e perpetuá-la como alguém inferior, reproduzindo assim um padrão sexista e ideológico que há tempos vem sendo manifestado por diversos indivíduos e instituições e que resultou em um mundo injusto e perigoso para as mulheres.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, assinada em 1969, afirma que “a liberdade de pensamento e expressão é a pedra angular de qualquer sociedade democrática”<sup>7</sup>. Devemos salientar que os discursos de ódio almejam silenciar uma parte da sociedade considerada inferior e de fato inferiorizada por aqueles que se julgam superiores, o que vai de encontro aos reais preceitos de liberdade de expressão. Logo, compreende-se que, se a liberdade de expressão serve para dar

---

<sup>7</sup> Informação descrita pelo Supremo Tribunal Federal, disponível em [jus.br/arquivo/cms/jurisprudencialInternacional/anexo/Artigo13.pdf](http://jus.br/arquivo/cms/jurisprudencialInternacional/anexo/Artigo13.pdf), 2019.

voz a todos, ela não deve ser usada como forma de justificar a proliferação de discursos ideológicos preconceituosos, tais quais o machismo. Dessa forma, enfatizamos que a disseminação de discursos machistas deve ser criminalizada e condenada, já que eles ferem intimamente a dignidade da mulher, além de contribuir para a banalização da violência contra ela.

Tanto é que, segundo o site de notícias jurídicas Jusbrasil (2019), em 2019, Jair Messias Bolsonaro foi condenado a pagar uma indenização de 10 mil reais à deputada Maria do Rosário devido à ofensa verbal que proferiu contra ela. Embora tenha recorrido da pena, alegando ter direito a imunidade parlamentar, o recurso foi negado, já que o discurso proferido por Bolsonaro contra Maria do Rosário não era necessário ao desenvolvimento de seu cargo político. Segundo Nancy Andrichi, ministra que julgou o recurso, a frase “não merece ser estuprada” constitui expressão “vil”, que menospreza “de modo atroz a dignidade de qualquer mulher” (Jusbrasil, 2019).

Concluimos que, além desse episódio, muitos outros discursos de ódio às mulheres costumam ser reproduzidos corriqueiramente, sem que se faça uma análise crítica de seus conteúdos. Entendemos que combater o machismo é tão complexo quanto distante da realidade atual, já que esse preconceito se prolifera nas mais diversas camadas sociais e é praticado tanto por homens como por mulheres. No entanto, considera-se neste trabalho que a educação é um passo importante para que cada vez mais pessoas tomem consciência de que o machismo é uma arma a favor da violência contra a mulher e que, por isso, precisa ser aniquilado de nossas práticas sociais. Refletir criticamente sobre os discursos machistas disseminados em nossa sociedade e excluí-los de nosso repertório é uma forma de contribuir, mesmo que minimamente, para a diminuição da violência contra a mulher no Brasil.

### **3 AMPARADAS SIM, EMPODERADAS NÃO: AS AÇÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO E AMPARO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MONTANHA-ES**

Embora a Lei Maria da Penha objetive tratar do problema da violência contra a mulher de forma integral, percebe-se que seus mecanismos ainda são insuficientes e os números expressos nesta pesquisa comprovam isso. Nota-se que nas mais diversas regiões deste país não há políticas públicas efetivas capazes de coibir a violência contra a mulher, da mesma forma, muitas mulheres não se encontram de fato protegidas pela justiça e automaticamente amparadas pela Lei Maria da Penha. No Espírito Santo, por exemplo, dos 78 municípios, apenas 13 possuem uma delegacia da mulher<sup>8</sup>. Montanha, município onde esta pesquisa é desenvolvida, é uma das 65 cidades capixabas que não contam com uma delegacia especializada no atendimento à mulher.

Sabe-se que muitas são as entidades que defendem a causa dos direitos das mulheres e lutam pela diminuição da violência contra elas. Neste capítulo, vamos falar de como a conscientização e o amparo às mulheres ocorrem no município de Montanha-ES, cidade com quase 19 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o qual não informa entre esses habitantes quantos são mulheres.

Para coletar os dados referentes às ações de combate à violência contra a mulher no município de Montanha, entrevistamos primeiro a advogada Camila Tardin Mariano Passos (Registro Profissional: 20018), que, além de ser membro da Comissão da Mulher Advogada da 15ª Subseção, atua como assessora jurídica na prefeitura de Montanha-ES; e depois a psicóloga Fabiana Moulin Antunes Oliveira (Registro Profissional: 16-1060), que em seu consultório particular faz um trabalho voluntário de amparo psicológico às mulheres vítimas de violência que a procuram. Ambas as entrevistas foram concedidas em setembro de 2019 e captadas por meio de documento sonoro. A íntegra das entrevistas consta transcrita no Apêndice deste trabalho.

---

<sup>8</sup> Conforme consta no site do governo do estado (2019).

Segundo Camila (informação verbal)<sup>9</sup>, há no município, desde julho de 2019, um Programa de Governo intitulado “Coordenadoria Municipal da Mulher”, do qual ela é membro, o qual nas redes sociais – um dos espaços de divulgação desse programa<sup>10</sup> – é chamado de Montanha com Elas. A Coordenadoria atua por meio de uma câmara técnica de voluntários: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>11</sup>, Saúde da Mulher, Conselho Municipal da Mulher e Polícia Civil. A advogada Camila Tardin é a idealizadora desse projeto e sua motivação foi a convivência com clientes vítimas de violência doméstica, durante sua atuação enquanto advogada na rede privada. Para colocar em prática esse programa, Camila contou com a aprovação da prefeita de Montanha, Iracy Carvalho Machado Fernandes Baltar, que atua na cidade desde 2017 e que teve outro mandato de 2009 a 2012. Segundo a advogada, a intenção inicial é sensibilizar a sociedade de Montanha para o problema da violência contra a mulher, já que por viver nessa cidade desde sua infância, considera Montanha um local extremamente machista e patriarcal. Camila apurou que hoje em seu município há 188 ações penais tramitando em função de casos de violência doméstica, enquanto o CREAS atende atualmente apenas 6 mulheres. A advogada explica ainda que há muita baixa notificação de casos de violência contra a mulher na delegacia local, algo que, segundo ela, ocorre tanto pelo fato de as mulheres agredidas se sentirem culpadas e não vítimas e acabarem não denunciando seus agressores quanto pelo fato de haver certo despreparo e machismo da polícia local, que acaba por não querer registrar o caso considerando-o uma simples briga familiar. Para o ano de 2019, essa Coordenadoria programou e realizou as seguintes ações:

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Camila Tardin Mariano Passos. **As Ações de Conscientização e Amparo às Mulheres Vítimas de Violência no Município de Montanha-ES.** [set. 2019]. Entrevistadora: IsisGabrielliSecato. Montanha, 2019. 1 arquivo . Arquivo de áudio (30 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

<sup>10</sup> Além das redes sociais e da divulgação por meio de informativo impresso, a coordenadoria divulga suas ações por meio de carro de som.

<sup>11</sup> O CRAS é o órgão que atua na prevenção da violação dos direitos, já o CREAS atende aqueles que tiveram os direitos violados.

- 05 de setembro de 2019: Roda de conversa sobre “A construção do Ser Mulher e da Violência de Gênero” e “Direitos Humanos das Mulheres” (No Teatro Municipal de Montanha/ES);
- 13 de setembro de 2019: *Workshop* Defesa Pessoal para Mulheres (No Projeto Vida, Montanha/ES);
- 10 de Outubro de 2019: Dia de ação com ensinamentos sobre empreendedorismo: “Elas empreendem: O Empreendedorismo e o Rompimento do Ciclo de Violência” (No CRAS de Montanha/ES);
- 24 de Outubro de 2019: Ação da Polícia Civil de Conscientização aos homens: “Homem que é Homem” (No CRAS de Montanha/ES);
- 14 de Novembro de 2019: Palestra e roda de conversa: “Por que a mulher negra incomoda?” (No CRAS de Montanha/ES);
- 07 de Novembro de 2019: Roda de conversa: “A invisibilidade da trabalhadora rural” (No Mercado Municipal de Montanha/ES).

Além do trabalho feito com as mulheres, a Coordenadoria Municipal, em parceria com a Polícia Civil, também desenvolve um programa de recuperação e reeducação do homem abusador, sendo o nome desse programa “Homem que é Homem”. Em Montanha, o projeto teve início com uma solenidade aberta a toda a comunidade em 24 de outubro de 2019. Esse programa tem como base o artigo 45 da lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que diz que “Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”. Segundo o projeto, disposto no site do Governo do Estado do Espírito Santo (2019), não é público alvo desse programa os autores de feminicídio, por se tratar de crime mais complexo, nem os adolescentes, pois são sujeitos em situação de desenvolvimento, necessitando de intervenção diferenciada. O projeto é composto de 8 círculos reflexivos, no primeiro a participação é obrigatória ao homem agressor intimado pela justiça, uma vez que contra ele exista alguma medida protetiva. Os outros círculos não são obrigatórios e

o homem poderá ir como voluntário. Tendo participado de todos os ciclos, esse homem receberá uma certificação que poderá contribuir para a diminuição de sua pena, quando for o caso. Como até a conclusão deste trabalho os círculos não tinham se iniciado, não há possibilidade de falarmos dos efeitos provocados por esse projeto no município de Montanha.

Durante o desenvolvimento das ações até aqui citadas, a Coordenadoria Municipal da Mulher divulgou, de maneira bem didática, por meio de explicações pontuais feitas pela advogada Camila Tardin, uma cartilha elaborada com o intuito de conscientizar as mulheres e ajudá-las a identificar se estão sendo vítimas de violência de gênero. Alguns itens da cartilha são:

Figura 1. Segunda página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha-ES.



Fonte: A cartilha impressa encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Montanha, no endereço Praça Osvaldo Lopes - Centro - Montanha-ES - CEP 29890-000 (2019).

Figura 2. Terceira página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha-ES.



Fonte: A cartilha impressa encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Montanha, no endereço Praça Osvaldo Lopes - Centro - Montanha-ES - CEP 29890-000 (2019).

Nas páginas seguintes, é exemplificada a maneira como os tipos de violência contra a mulher, que constam na Lei Maria da Penha, podem ser praticados. Após, há um teste para que a mulher faça e identifique se está sendo vítima de violência de gênero, o qual é seguido da última página da cartilha, que divulga alguns canais de comunicação e de ajuda à mulher.

Figura 3. Oitava página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha-ES.

## COMO SABER SE SOU VÍTIMA DE VIOLÊNCIA?

Pegue uma caneta e marque  
**“sim”** ou **“Não”**  
 nas situações descritas abaixo,  
 de acordo com suas próprias vivências.

### SE SEU COMPANHEIRO OU FAMILIAR

Vigia e/ou controla o que você faz?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Costuma demonstrar ciúmes com frequência?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A proíbe de visitar familiares e de manter relações de amizade?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A critica por qualquer coisa que faz, veste, come ou pensa?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A proíbe, ou atrapalha, de trabalhar e/ou estudar ?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A xinga ou humilha diante de familiares ou amigos?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Briga com você ou a critica sem motivos aparentes?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A ameaça, faz chantagens e/ou a acusa de coisas que você não fez?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Controla o dinheiro e a obriga a prestar contas, mesmo quando você trabalha?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Já chegou a destruir seus objetos pessoais, de valor sentimental e/ou objetos da casa?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Diz que se você não for dele não será de mais ninguém, ameaçando-a caso o abandone?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A atinge emocionalmente, fazendo com que você se isole e tenha Vergonha de contar a alguém sobre a violência vivenciada?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Faz questão de lhe contar que tem arma de fogo ou a exhibe para você?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Já chegou a agredi-la fisicamente (bater, empurrar, chutar, beliscar, puxar o cabelo, etc.)?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Já a agrediu (física ou verbalmente) diante de seus filhos?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Já a agrediu ou agrediu outro membro da família?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Já a agrediu utilizando objetos ou utensílios domésticos?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A faz sentir culpada pela violência sofrida?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
A obriga a manter relações sexuais contra sua vontade ou se envolver em atos sexuais que você não aprecia?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
As brigas e as agressões estão ficando mais frequentes e mais graves?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

Fonte: A cartilha impressa encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Montanha, no endereço Praça Osvaldo Lopes - Centro - Montanha-ES - CEP 29890-000 (2019).

Figura 4. Nona página da cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha-ES.

**MARCOU UMA OU MAIS SITUAÇÕES?  
FIQUE ATENTA!**

Situações como essas sugerem que você pode estar em uma situação de violência. Mas você não precisa enfrentar isso sozinha! **BUSQUE AJUDA!** Existem centros de atendimento especializado onde você será ouvida e encontrará o apoio de que precisa. Você poderá contar sua história, terá todas as suas dúvidas respondidas e será orientada sobre como proceder. Ninguém vai te obrigar a nada: a escolha do que fazer será sempre sua.

Fonte: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/CARTILHA\\_DF.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/CARTILHA_DF.pdf)

**ONDE PROCURAR AJUDA** 

SE VOCÊ ESTÁ SENDO  
VÍTIMA DE VIOLÊNCIA



A REDE MUNICIPAL TAMBÉM PODE TE AJUDAR,

<p>27 3754.1519 27 99985.2046</p> <p><b>CREAS</b></p>	<p>27 3754.1373 27 99861.5266</p> <p><b>CRAS</b></p>
---	--

COLETIVO DE MULHERES  
PORTAS ABERTAS  
ESPAÇO TERAPÊUTICO  
27 99809.1526

**MULHER,  
o seu NÃO importa!**

 montanhacomelas

Fonte: A cartilha impressa encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Montanha, no endereço Praça Osvaldo Lopes - Centro - Montanha-ES - CEP 29890-000 (2019).

É importante ressaltar que, além das ações até aqui expostas, a Coordenadoria da Mulher é um canal acessível ao público, na pessoa da assessora jurídica Camila Tardin, a qual se encontra à disposição na Prefeitura da cidade para ouvir e acolher as demandas das mulheres de Montanha. Um exemplo disso é o relato que a assessora ouviu de um grupo de mulheres da comunidade rural São Sebastião. Esse grupo pediu ajuda explicando que lá há constantes agressões a mulheres, muitas vezes ocorridas em praça pública. Nesse caso, Camila e sua equipe foram a campo e solicitaram nas escolas daquela região uma convocação das famílias que

recebem o Bolsa Família<sup>12</sup>. A partir dessa reunião, segundo Camila, foram levadas ao público daquela comunidade algumas das ações desenvolvidas na zona urbana de Montanha, como forma de conscientização e orientação às vítimas e aos agressores que vivem naquele local.

Como se percebe, a cartilha supracitada oferece uma rede de ajuda às mulheres vítimas de violência, sendo o telefone a forma imediata de amparo a elas, mas nada impede que se busque ajuda presencialmente ou que o auxílio chegue a elas quando necessário. Segundo Camila, quando as mulheres entram em contato com o CREAS ou CRAS, primeiro, são orientadas a registrarem um boletim de ocorrência. Contudo, mesmo que esse boletim não se efetive, a mulher recebe atendimento nesses órgãos, havendo acompanhamento psicológico gratuito e amparo jurídico, caso seja preciso

Camila Tardin relata ainda que um de seus desejos à frente da Coordenadoria é a criação de uma casa de acolhimento às mulheres de Montanha vítimas de violência, no entanto, ela enfatiza que isso seria inviável já que não seria possível ao programar garantir a segurança dessas mulheres. Sendo assim, a Coordenadoria tem pensado em outra proposta de auxílio, que seria o pagamento de aluguel social àquela mulher que, por sofrer violência, precisasse deixar sua moradia. Entretanto, essa prática envolveria algumas outras demandas, como a necessidade de pagamento de algum outro auxílio à mulher que por ventura estivesse desempregada ou impossibilitada de trabalhar. Mas, conforme afirma Camila, a receita atual de Montanha não dá conta de prestar essa assistência e, embora a Coordenadoria da Mulher esteja planejando algumas outras ações para o ano de 2020, o benefício do aluguel social para mulheres vítimas de violência doméstica ainda não será uma política adotada.

Assim como esta pesquisa, a Coordenadoria da Mulher acredita que a educação seja um dos mecanismos de combate ao machismo, e, portanto, à violência contra a

---

<sup>12</sup>Benefício destinado às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. O valor de cada benefício é de R\$ 41,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 205,00 (Caixa Econômica Federal, 2019).

mulher. Por isso, essa Coordenadoria propôs o projeto de lei nº 010/2019<sup>13</sup>, o qual dispõe sobre o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha no âmbito das escolas municipais de Ensino Fundamental de Montanha. O projeto foi aprovado pela Câmara municipal de vereadores e a lei foi sancionada em 05 de setembro de 2019 pela prefeita do município. A lei determina que o ensino de noções básicas da lei Maria da Penha deverá ser desenvolvido nas escolas sob a denominação de “Programa Lei Maria da Penha vai à Escola”. O Programa será executado numa parceria entre o Gabinete, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação de Montanha, com possível parceria com entidades governamentais e não governamentais ligadas às temáticas da Educação e dos Direitos Humanos. A lei 010/2019 determina ainda que os conteúdos referentes ao Programa sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, transversalmente, em especial nas áreas de Língua Portuguesa e de História. Entre os objetivos que constam na descrição da lei está o de conscientizar a comunidade escolar da importância do respeito aos Direitos Humanos, prevenindo e evitando as práticas da violência.

O Programa supracitado ainda será apresentado oficialmente aos professores do município de Montanha, por meio das falas da assessora jurídica Camila Tardin e do depoimento da autora desta pesquisa no que diz respeito à abordagem, nas aulas de língua portuguesa, do tema “violência contra a mulher”. Acredita-se que a aceitação dos professores será boa, já que, segundo Camila Tardin, no dia do lançamento público do programa “Montanha com Elas”, um elevado número de professores compareceu e muitos expressaram suas preocupações com o problema da violência de gênero e garantiram buscar alternativas para tratar o tema em suas salas de aula.

Além do CREAS e do CRAS, a Coordenadoria conta com outro mecanismo de ajuda às mulheres em situação de violência. Trata-se do atendimento voluntário feito pela Psicóloga Fabiana Moulin, por meio do “Coletivo de Mulheres Portas Abertas”, cujo telefone consta na cartilha exposta acima. Fabiana reserva um espaço semanal em sua agenda para atender as mulheres que entram em contato com seu espaço terapêutico em busca de ajuda. A psicóloga faz um primeiro atendimento, por

---

<sup>13</sup> A lei consta no site da prefeitura municipal de Montanha.

telefone ou pessoalmente, depois encaminha essas mulheres ao CREAS ou ao CRAS.

Fabiana relata (informação verbal)<sup>14</sup> que, antes de criar o Coletivo Portas Abertas, ela fundou em maio de 2018 o Coletivo Empoderemo-nos, lançando o convite às mulheres de Montanha no *facebook*. Assim, semanalmente aconteciam encontros gratuitos abertos a mulheres de todas as idades, as quais conversavam, liam e debatiam sobre questões inerentes ao universo feminino, sem que houvesse foco na violência contra a mulher, o que não impediu que esse assunto também fosse tratado no Coletivo. Cabe destacar que as mulheres que participaram desses encontros nunca manifestaram sofrerem violência doméstica, conforme relata a psicóloga. Após pouco mais de um ano de desenvolvimento do Coletivo Empoderemo-nos, Fabiana, ao perceber que o grupo que participava semanalmente era sempre o mesmo, não havendo participação de outras mulheres mesmo que o convite fosse lançado nas redes sociais, optou por criar um novo Coletivo, desta vez com o nome “Portas Abertas”. Esse novo coletivo, além de servir como canal de atendimento às mulheres vítimas de violência, conforme já citado, também conta com um atendimento quinzenal, com um número limitado de mulheres que farão o que Fabiana chama de “jornada de transformação”. Para o desenvolvimento desse trabalho a psicóloga conta com a parceria de uma pedagoga e de uma assistente social, todas voluntárias.

No âmbito dessas ações, algo nos chamou atenção. Como já informado, o primeiro Coletivo de Mulheres lançado pela psicóloga Fabiana Moulin em 2018 chamava-se “Empoderemo-nos”; ao criar um novo Coletivo em 2019, Fabiana optou por excluir qualquer nomenclatura que fizesse referência ao feminismo ou ao empoderamento de mulheres. A mesma atitude foi praticada por Camila Tardin, ao lançar a Coordenadoria Municipal da Mulher. Ambas justificam que como Montanha é uma cidade do interior, cujo perfil machista e patriarcal é evidente, muitas pessoas enxergam o feminismo e o empoderamento de mulheres como uma ação anti-homem e por isso sentem-se desconfortáveis e optam por não participarem das

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida por Fabiana Moulin Antunes Oliveira. **As Ações de Conscientização e Amparo às Mulheres Vítimas de Violência no Município de Montanha-ES.** [set. 2019]. Entrevistadora: Isis GabrielliSecato. Montanha, 2019. 1 arquivo . Arquivo de áudio (20 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice deste trabalho.

ações desenvolvidas. Como o objetivo da Coordenadoria da Mulher e do Coletivo Portas Abertas é amparar e conscientizar o maior número de mulheres possível, além de também promover a conscientização dos homens, optou-se então por adequar-se à realidade da cidade e excluir esses termos – considerados anti-homens por alguns – de todas as ações desenvolvidas, mesmo que isso incomodasse pessoalmente as mulheres que atuam nessas ações.

A reflexão que se faz aqui é até que ponto essas ações desenvolvidas no município de Montanha contribuem para remediar o problema da violência contra a mulher, ao invés de preveni-lo, já que uma pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Ibope Inteligência<sup>15</sup> constatou que o machismo é o preconceito mais praticado no Brasil, e, além de ser uma forma de violência, de acordo com a Agência Patrícia Galvão (2019), esse preconceito é uma das causas da violência contra a mulher. Diante disso, acreditamos que tirar da mulher a possibilidade de se autoafirmar como “empoderada e feminista”<sup>16</sup>, omitindo dela a relevância social desses termos e de seus significados no tocante à luta pela igualdade de gênero, seria submeter essa mulher ao machismo e ao patriarcalismo existentes não só no município de Montanha, mas em todo o Brasil.

Conforme ouvimos de Beauvoir (2019), a inferiorização da mulher é um fato que está posto, e o que essa filósofa questiona é até quando essa questão irá perdurar. Acreditarmos que manter a mulher e sua imagem fincada sob a ótica do machismo, no sentido de fazê-la adequar-se àquilo que melhor cai bem aos homens e a seus sentimentos de superioridade, contribui para a perpetuação desse machismo, que, como tem sido reafirmado aqui é uma forma comum de violência contra a mulher. Nessa perspectiva é que criticamos a postura adotada pelos programas de amparo às mulheres no município de Montanha, pois quando optam por se adequarem ao perfil de superioridade que sempre fora ensinado aos homens e ao de inferioridade ensinado às mulheres, as quais, para o bem da dignidade dos homens, jamais poderiam ser chamadas ou vistas como empoderadas, mesmo que passivamente,

---

<sup>15</sup> Disponível no site Movimento Mulher 360 (2019).

<sup>16</sup> Segundo o site “A empoderada!” (2019), *empoderamento feminino* é o ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos, como a total igualdade entre os gêneros. Já *feminismo* é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens.

estão contribuindo para o ciclo de violência contra a mulher que atinge a população feminina na mesma proporção em que o machismo se alastra pelos mais diversos meios sociais de nosso país.

#### **4 A FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO COMO UM POSSÍVEL INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS OPRIMIDOS E DAS OPRIMIDAS**

Em *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam* (1990), Paulo Freire enfatiza que

A memorização mecânica da descrição do objeto não se constitui em conhecimento do objeto. Por isso é que a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela portanto resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala (p. 17).

Assim, para quem a “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1990, p.11), vemos clara em Freire a ideia de que a leitura não é um mero processo de oralização. Segundo esse pensador da educação,

[...] a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não e associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica (FREIRE, 1990, p. 21).

Então, com base nas ideias de Freire (1990), podemos chamar de leitura crítica aquela na qual o aluno é instigado a interagir com o texto e a acionar seus conhecimentos, impressões e questionamentos, em contraponto à leitura redutora (SILVA, 1999).

É clichê o uso da expressão “a educação liberta”. Além disso, cabe ressaltar que, segundo Freire (2017), dizer que as pessoas são livres (ou merecem ser) e nada fazer para que essa afirmação se objetive é farsa. Assim, defendemos que a leitura crítica é um instrumento capaz de expandir a consciência dos discentes, tornando-os, por meio dessa expansão, cada vez mais livres – pelo menos no campo do saber. Dessa forma, concordamos com Freire (2017) quando este diz que:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (p. 98).

Não é idealismo inocente sonhar com uma educação e com um universo melhor que nos levem a uma humanização do mundo, no sentido de que as pessoas, onde quer

que estejam, sejam tratadas e se tratem como humanos pensantes, livres e partícipes de uma sociedade que, para tanto, precisa ser democratizada de fato, afinal, segundo Paulo Freire (1992):

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando a desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz(p. 99).

Ao falarmos aqui das amarras reais, de ordem econômica, política, social e ideológica, adentramos nos conceitos de oprimido e opressor, referenciados por Freire, especialmente em *Pedagogia do oprimido* (2017). No *Dicionário Paulo Freire* (2010), Streck, Redin e Zitkoski(2010) explicam que opressor e oprimido

São os pólos das relações sociais de antagonismo. Fundamentalmente, oprimidos e opressores são classes sociais antagônicas e em luta. No entanto, é possível que se instaurem relações de opressão entre os próprios oprimidos. Enquanto seres envolvidos em relação de dominação, tanto oprimidos quanto opressores têm sua vocação ontológica negada pela realidade histórica de opressão que funda suas existências. Só a práxis libertadora do oprimido é capaz de superar a opressão e restaurar a humanidade de ambos (p. 294).

Beauvoir (2019, p. 85), ao citar o socialista alemão August Bebel, conclui que “a mulher e o proletariado são ambos oprimidos”. De fato, se refletirmos sobre a lógica freireana de que os oprimidos são seres envolvidos em relação de dominação, será inevitável considerar que nós mulheres, desde sempre, somos oprimidas. Ainda nessa perspectiva, há que se considerar que nossos opressores são evidentemente também oprimidos. Por isso, no contexto deste estudo, consideramos que a práxis libertadora seja capaz de contribuir para a libertação de oprimidos e de oprimidas, já que, segundo explicação de Streck, Redin e Zitkoski (2010, p. 294), tal práxis é “indissociável do pensamento, da análise e da compreensão do papel da educação na sua globalidade”. Assim, neste trabalho, pretendemos agregar a práxis libertadora às práticas de formação do leitor crítico, por considerar que ambos mecanismos estão diretamente ligados aos conceitos de dialogicidade, ação-reflexão, autonomia, educação libertadora e docência. Por fim, não se pretende sugerir que esta pesquisa será capaz de acabar com o problema da violência contra

a mulher. Mas acredita-se que este estudo possa contribuir para disseminar entre nosso público, ideais de humanização de opressores, de oprimidas e de oprimidos.

No contexto da pedagogia humanizadora de Feire, Streck, Redin e Zitkoski (2010) enfatizam que

Diante das realidades opressoras que desumanizam homens e mulheres no mundo todo, o que devemos fazer, enquanto autênticos humanistas, é lutar de forma esperançosa e autocrítica pela transformação da sociedade e da cultura de opressão. Sem esperança não é possível a assunção da utopia que fortalece nossa luta por um mundo mais livre e humanizado (p. 211).

Sendo assim, este trabalho e as teorias que o cercam estão alicerçados na esperança de que é possível, por meio de uma educação engajada e humanizadora, fortalecer a luta por um mundo mais justo para todos.

#### 4.1 AQUELE QUE É LEITOR X AQUELE QUE LÊ

Para a elaboração deste trabalho, vamos usar como base o que Britto (2016) diz sobre o que vem a ser Leitura:

O vocabulário Leitura corresponde, em seu sentido básico, à decifração e à intelecção de signos gráficos que representam a linguagem oral, estando as duas ações básicas de ler enunciadas nessa definição – decifrar e entender – de tal modo interligadas que uma implica a outra(p. 25).

Assim, podemos considerar que ao andar pela rua de uma cidade e se deparar com uma placa contendo a mensagem “Proibido jogar lixo no chão. Sujeito à multa”, a pessoa apta ao exercício da leitura tanto será capaz de decifrar a mensagem por trás desses signos gráficos como será capaz de entender que não deve jogar lixo no chão daquele local, sob risco de levar uma multa.

Em 2018, o site do Instituto Pró-Livro publicou uma matéria para divulgar um levantamento feito naquele mesmo ano pelo Banco Mundial que relatava que os estudantes brasileiros devem demorar 260 anos para atingir o índice de leitura dos alunos de países desenvolvidos, o título da matéria era: “44% dos brasileiros não lêem, saiba como incentivar a leitura em casa”. A conclusão de que 44% dos brasileiros não leem foi obtida por meio de uma pesquisa divulgada em 2016 e

intitulada “Retratos da Leitura no Brasil 4”, feita pelo referido Instituto. Segundo a pesquisa (2016), a metodologia utilizada considera leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Se levarmos em consideração o que nos diz Britto, podemos questionar a informação de que 44% dos brasileiros não leem, já que, desde que se esteja apto à leitura, estamos sempre imersos no ato ler, uma vez que várias são as atividades cotidianas que nos remetem à prática da leitura: usar o celular; navegar nas redes sociais; pegar um ônibus; comprar um alimento e desejar obter suas informações nutricionais; tomar um remédio e desejar saber seus efeitos colaterais; comprar um shampoo e antes desejar saber para qual tipo de cabelo ele é etc.

Assim, conclui-se que grande parte da população brasileira lê, no entanto, não seria incoerente dizer que muitos desses brasileiros, embora leiam, não são leitores. Para entender esse aparente paradoxo, vamos mais uma vez recorrer ao entendimento de Britto (2016, p. 29), o qual explica que há duas formas de uso da escrita: “a forma pragmática, necessária à reprodução da vida no espaço cotidiano imediato; e a mais complexa, relativa aos valores mais formais, às ciências, às artes, à formação e ao estudo”. Às formas mais complexas, segundo Britto (2016), associam-se os textos cujos conteúdos e forma de organização transcendem o imediatismo e o pragmatismo, exigindo controle consciente da atividade intelectual. Por serem mais complexas, essas formas de uso da escrita acabam por gerar maior dificuldade, a qual é sentida por aqueles que tentam decifrá-las; segundo Britto (2016), isso resulta da forma como as pessoas interagem com o objeto da cultura, em particular com o conhecimento formal, e com as formas de inserção e participação social. Desse modo, chegamos à conclusão proferida por Britto (2016):

Assim, quando se afirma que pouco se lê e poucos são os leitores, se está considerando, ainda que imprecisamente, apenas essa segunda dimensão de ler, correspondente à ação intelectual, que se realiza pela interação entre sujeito (ou vários) com objetos culturais complexos inseridos em campos de referência organizados por sistemas distintos daqueles que se adquirem nas práticas cotidianas (p. 30).

Sendo assim, tomamos como coerente a ideia de que muitas pessoas no Brasil leem, embora não sejam leitoras.

Após pesquisa feita com o público deste trabalho<sup>17</sup>, a qual seguiu a mesma metodologia do Instituto Pró-Livro para determinar leitores e não leitores, entendendo como leitores aqueles que leram nos últimos três meses um livro inteiro ou em partes, constatou-se que a maioria são alunos que leem, mas não são leitores. Nesse contexto, optamos por trabalhar neste projeto com a perspectiva da formação do leitor crítico, nomeando nosso público como “leitores” por considerar que, mesmo que os alunos privilegiados por essa pesquisa ainda não o sejam, eles estão em formação (no sentido de constituição/ criação) para que um dia venham a ser, conforme nossas expectativas. Cabe ressaltar que, para desenvolver este trabalho, levamos em consideração o que Freire (1996, p. 14) nos diz em *Pedagogia da Autonomia*: “formar é muito mais do que treinar o educando no desempenho de destrezas”. Então, admitimos que a leitura, enquanto prática social, não se limita à capacidade de decifração (BRITTO, 2016), por isso, para além do mero ato de decifrar signos gráficos, trabalharemos nesta pesquisa com a formação do leitor crítico, o qual, ao andar pela rua e se deparar com uma placa que diz “Proibido jogar lixo no chão. Sujeito à multa”, consiga decifrar o signo gráfico impresso, entender a mensagem transmitida de modo a agir coerentemente a partir dela e refletir que, em determinado lugar, foi necessário criar uma lei para que as pessoas não poluíssem a rua, mesmo que devesse ser de senso comum que essa ação é prejudicial ao meio ambiente e que bueiros podem ser entupidos devido a essa prática, causando transtornos à população.

Embora os dados do supracitado levantamento feito pelo Banco Mundial em 2018 sejam desanimadores, nota-se que nossos alunos de Ensino Fundamental e médio têm tido contato diário com os mais diversos tipos de leitura, o que se observa principalmente a partir do advento das redes sociais. A baixa qualidade dessas leituras é que tem sido um fator preocupante.

Cabe salientar que não se objetiva neste trabalho debater o que pode ou não ser considerado leitura de qualidade, já que essa é uma questão tanto abrangente quanto subjetiva. A qualidade aqui questionada versa sobre a maneira como muitos alunos têm lido. Acredita-se que uma leitura crítica, atenta e engajada não venha

---

<sup>17</sup> O modelo da pesquisa consta no Apêndice deste trabalho.

sendo privilegiada por muitos estudantes brasileiros, o que faz com que eles, inclusive, não sintam a necessidade de questionar aquilo que leem. Parafraseando a personagem Mafalda<sup>18</sup> criada pelo cartunista argentino Quino, tal contexto, no mundo de hoje, pode ser fatal, já que, assim, os alunos podem ser aliciados a acreditarem em qualquer coisa que lhes digam.

#### 4.2 A LEITURA COMO UM INSTRUMENTO DE (DES)DEMOCRATIZAÇÃO

De acordo com Luckesi, Cosma e Baptista (2001), desde o Período Colonial a leitura era um instrumento de divisão social entre os senhores e as pessoas escravizadas. Segundo eles:

A história da leitura entre nós, por conseguinte, se inicia com uma violenta discriminação: aos senhores era assegurado esse direito; aos outros, que nas suas culturas de origem certamente já o exerciam, era usurpado este mesmo direito, em nome da superioridade da raça dos que aqui aportaram como “descobridores e benfeitores” (LUCKESI, COSMA e BAPTISTA, 2001, p. 127).

Ainda segundo esses estudiosos da educação brasileira:

As discriminações continuam em relação aos sujeitos aos quais é reconhecido, na prática e não apenas nas leis, o direito de ler. Por ocasião do Segundo Congresso de Leitura do Brasil, em 1979, sob os auspícios da Universidade Estadual de Campinas, SP, o prof. Ezequiel Theodoro, em seu discurso de abertura, assim se expressava, criticando a atual situação de leitura no país: ‘Somente a elite dirigente deve ler. O povo deve ser mantido fora e longe dos livros. Os livros estimulam a criticidade e a transformação – elementos que vão contra o modelo de desenvolvimento proposto pelo governo (LUCKESI, COSMA e BAPTISTA, 2001, p. 29).

Em 1979, o professor Ezequiel Theodoro da Silva criticou a situação da leitura no país caracterizando-a como uma prática discriminatória. Quatro décadas depois, com o aumento do número de escolas e com a recente obrigatoriedade da educação no Brasil para crianças e adolescentes (regularizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em uma resolução de 4 de abril de 2013), poderíamos supor que esse fato tenha se modificado, já que a instituição escolar é um espaço automático de leitura. No entanto, especula-se que em diversas escolas do Brasil, a prática da leitura ainda seja discriminatória, fato muitas vezes alicerçado na disseminação de uma “leitura simplista”, empregada por muitos docentes (SILVA,

---

<sup>18</sup> Refere-se aqui à charge em que a personagem Mafalda diz a um amigo: “Viver sem ler é perigoso, te obrigada a crer no que te dizem”. A charge pode ser encontrada no site Toluna, 2019.

1999). Isso pode ser exemplificado por meio da ação de poupar um aluno de leituras que podem ser consideradas difíceis, ou pelo fato de a leitura ser propagada por alguns professores como um mero ato verbal, sem que haja preocupação com as especificidades políticas do texto. Se essa prática for recorrente, se durante a vida escolar de um aluno nenhum professor desejar lhe proporcionar a expansão de suas habilidades e de seu repertório de leitura, como poderá esse aluno formar-se um leitor crítico? Com a adesão dessa perspectiva de ensino, nós professores estaríamos trabalhando a favor de um governo cujas ideias retrógradas e limitantes, questionadas por Silva em 1979, estão fortemente presentes em nossa atual conjuntura e tentam, sem meias palavras, propagarem-se pelo ambiente escolar<sup>19</sup>.

Freire (2017, p. 113) nos diz que “falar em democracia e silenciar o povo é uma farsa”. Se nós professores podemos dar voz ao nosso público por meio do ensinamento da leitura crítica, então, que o façamos a fim de contribuir para um estado realmente democrático em que pessoas das mais diversas esferas sejam capazes, orientadas por seus conhecimentos críticos, de questionar qualquer usurpação da democracia. Mesmo que nos pareça inoperante nadar contra a corrente do conformismo, é necessário que o façamos incansavelmente, posicionando-se a favor da causa da educação libertadora e contra o que Freire (1996) classifica como ideologia fatalista, conforme se compreende a seguir:

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora (p. 19-20).

Note-se que a partir deste trabalho não se objetiva sugerir que a formação de um leitor crítico seja capaz de resultar na transformação deste mundo em um mundo ideal, algo que está muito acima das capacidades de um professor formador. No entanto, consideramos coerente sugerir que um leitor crítico estará apto a questionar aquilo que lhe for imposto, principalmente quando algo lhe parecer injusto. Isso faz

---

<sup>19</sup> Conforme se observa nos ideais do Projeto Escola sem Partido, que, entre outras coisas, assegura ao aluno o direito de gravar as aulas lecionadas pelo professor, o qual estaria impedido de proferir qualquer conteúdo a partir de um posicionamento ideológico (NOVA ESCOLA, 2019).

parte do inconformismo, encarado como algo essencial para que as pequenas e grandes mudanças aconteçam. Tantas são as mazelas que precisam ser mudadas ou, mais ainda, aniquiladas de nosso cotidiano – a miséria, a corrupção, os mais diversos tipos de violência – que acreditamos ser necessário que todos nós, afetados por essas tragédias, mereçamos conhecer formas dignas de lutar contra elas. Ao acreditar numa educação libertadora, proposta por Freire (1996), sugerimos o emprego dessa educação aplicada a partir da formação de leitores críticos como uma maneira de diminuir a opressão que há tempos se dissemina em nosso meio.

#### 4.3 O PAPEL DO PROFESSOR, DA ESCOLA E DO ALUNO NA CONSTRUÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

A favor da formação do leitor crítico, admitimos neste trabalho ser primordial que o professor assuma seu protagonismo enquanto formador, tomando como instrumento suas aulas de práticas de leitura. Como forma de apontar na importância do leitor crítico e na postura necessária ao professor para que esse leitor se configure, utilizamos os preceitos de Geraldi(2012), Freire (1979, 1990, 1992,1996, 2017) e Silva (1999), o qual acima, por meio de uma metonímia, deixa claro que a leitura (o livro) é capaz de proporcionar o surgimento de pessoas críticas, aptas a promoverem mudanças.

Ao enfatizar neste trabalho a importância de uma leitura crítica, objetiva-se fugir de práticas de leitura que sejam redutoras. O conceito de leitura redutora, elaborado por Silva (1999, p.12), denota uma ação simplista e que “despreza elementos fundamentais da leitura diminuindo a sua complexidade processual”. Logo, falamos de uma leitura que não permite liberdade e construção de sentidos. O aluno está preso à mera repetição de palavras escritas em um repertório inquestionável e sem significação de mundo. Ao conceituar esse tipo de prática, Silva (1999) critica a estagnação docente, fazendo-nos refletir sobre o papel do professor e compreender que cabe a esse profissional assumir uma competência mediadora, sendo condutor de uma leitura qualitativa.

Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (2017) faz a seguinte reflexão:

Há [...] um aspecto que nos parece importante salientar na análise que estamos fazendo da ação antidialógica. É que esta, enquanto modalidade de ação cultural de caráter dominador, nem sempre é exercida deliberadamente. Em verdade, muitas vezes, os seus agentes são igualmente homens dominados, “sobredeterminados” pela própria cultura da opressão (p. 207).

A respeito do que Freire (2017) nos diz, acredita-se que a estagnação docente criticada por Silva (1999) nos ajude a constatar que muitas vezes o próprio professor é alguém dominado, agindo como veio condutor para a dominação de seus alunos. Sabe-se que a desestrutura de muitas escolas públicas acaba servindo de justificativa para que alguns professores optem por não operarem com elementos e espaços de leitura (SILVA, 1999), no entanto, é necessário que esses professores enxerguem seu papel político e admita que, ou ele passa a atuar na contramão dessa desestrutura, assumindo um perfil pesquisador, dialógico, resistente e humanizador<sup>20</sup>, ou a leitura continuará servindo para separar, no Brasil, dominados de dominantes. Logo, concordamos com Freire (1996, p. 26) quando nos diz que “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade e sua insubmissão”.

Sabe-se que o processo de formação de leitores nem sempre é algo simples e prático. Silva (1999) chega a sugerir que exista uma “alquimia” por trás desse processo. Em suma, afirma-se que a motivação do professor em explorar e conhecer práticas não redutoras de leitura é de grande importância para a construção do conhecimento do aluno. Nas palavras de Silva (1999):

A intenção de adensamento de uma forma de abordar um processo (como o de leitura, por exemplo) é de fundamental importância ao professor, mesmo porque revela o movimento incessante de sua consciência em direção aos resultados alcançados pela pesquisa na área e, mais do que isso, ao seu compromisso com o próprio avanço do conhecimento (p. 15).

É importante ressaltar que um fato prejudicial à formação do leitor crítico diz respeito ao estudo descontextualizado da língua, o qual não proporciona ao estudante uma reflexão acerca dos sentidos que essa língua pode expressar em diferentes contextos de uso: cultural, social e histórico. Sobre isso, recorreremos às ideias de

---

<sup>20</sup> Na pedagogia de Paulo Freire há uma clara preocupação com uma educação humanizadora. Nesse sentido, Freire acredita no mundo socioculturalmente construído por nós, concebendo que estamos vocacionados para ser mais (Streck, Redin e Zitkoski, 2010).

Geraldi (2012), o qual nos alerta que o próprio conceito de ensino da língua foi desviado, restringindo-se ao estudo de uma teoria da gramática e sendo propagado assim em muitas salas de aula do Brasil. Defendemos neste trabalho que devemos, enquanto professores, operar com a língua para além de uma perspectiva tradicional e gramaticalizada. Assim, sugerimos que os atuais planejamentos de práticas de leitura gramaticalizada sejam repensados, a fim de que haja uma melhor contextualização da língua em sua concepção prática de uso, em detrimento de uma concepção tão somente gramatical, visando assim a privilegiar o desenvolvimento de uma leitura crítica.

Dessa forma, é necessário que o exercício da leitura seja praticado como uma atividade colaborativa em que o professor preocupe-se em possibilitar a seus alunos meios para que esses consigam ler além do óbvio, praticando assim uma leitura com sentido, interativa e dialógica. Sobre atividade (de leitura) colaborativa, amparamo-nos no PCN<sup>21</sup> de Língua Portuguesa, que a define como “uma atividade em que o professor lê um texto com a classe e, durante a leitura, questiona os alunos sobre as pistas linguísticas que possibilitam a atribuição de determinados sentidos”(BRASIL, 1998, p. 61).

A respeito da leitura dialógica, leva-se em conta aqui o diálogo na visão freireana (2017), o qual tem como premissa a palavra que está ligada à práxis, logo, a palavra verdadeira transforma o mundo. Segundo Freire (2017),

o objetivo da ação dialógica está em proporcionar que os oprimidos, reconhecendo o porquê e o como de sua aderência, exerçam um ato de adesão à práxis verdadeira de transformação da realidade injusta (p. 237).

Inúmeras são as injustiças que merecem ser lidas criticamente – no sentido de ler sobre, contextualizar e posicionar-se – por nossos alunos. Nesta pesquisa, abordamos a injustiça sofrida pelas mulheres há séculos, mas muitas outras podem ser problematizadas em sala de aula.

---

<sup>21</sup> É importante saber que a BNCC foi elaborada à luz do que diz os PCNs. No entanto, a Base é mais específica e determina com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano escolar. A BNCC é obrigatória em todos os currículos de todas as redes do país, públicas e particulares, ao contrário dos documentos anteriores, que devem continuar existindo, mas apenas como documentos orientadores e não obrigatórios (ABRE LIVROS, 2019).

Para abordagem da temática escolhida como foco deste trabalho, defendemos a disseminação de práticas de leitura que sejam tanto colaborativas quanto dialógicas e engajadas e que proporcionem ao aluno a descoberta e a criação de novos significados atrelados ao mundo em que vive. Cabe ressaltar que, ao se referir à criação de novos significados por parte do aluno, pretende-se falar dos novos conhecimentos e das novas opiniões que ele pode adquirir a partir do texto lido, as quais podem inclusive divergir do posicionamento do autor, havendo assim uma postura questionadora e até pesquisadora, dependendo do grau de inconformismo do aluno. No entanto, concorda-se com a opinião de Marina Colasanti (apud BRITTO, 2016, p. 75) quando a escritora diz que “a leitura é múltipla e ao mesmo tempo individual, mas não pode fugir à coerência”.

Retomando nossas considerações acerca da postura desejável a um professor formador de leitores críticos, evidenciamos que para Freire (1990, p. 23), “é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político”. Por isso, compreende-se que, no contexto de uma educação engajada, deve haver o empenho de um professor que também seja engajado. Espera-se, portanto, que o educador assuma seu papel político e fuja da neutralidade conveniente, assim como postula Freire (1990). É preciso atentar para o fato de não ser neutro, não significa ser um manipulador, afinal, para Freire (1990), o contrário da manipulação é a própria participação crítica e democrática dos educandos no ato de conhecimento de que também são sujeitos. Assim, fazendo o professor o seu papel político, não poderá ele ser taxado de manipulador, já que sua postura estará operando para que seus alunos sejam libertados da manipulação.

Não é exagero afirmar que ser professor no Brasil há muito tem sido um ato de resistência, e, principalmente na atual conjuntura deste país, ou resistimos através da palavra consciente, ou estaremos formando, em vez de cidadãos atuantes, meros “papagaios” ou “vitrolas”, conforme reflete Silva (1999). Este nos diz ainda que

a sociedade brasileira não está solicitando o leitor ingênuo e reprodutor de significados, mas sim cidadãos leitores que produzam novos sentidos para a vida social através da criatividade, do posicionamento crítico e da cidadania (SILVA, 1999, p. 17).

No viés de uma formação crítica do leitor, amparada numa prática docente engajada, que almeja contribuir para a construção de cidadãos conscientes e atuantes, não há de haver neutralidade política. Com base nas ideias de Freire (1990), acreditamos ser papel da escola e do professor propor discussões políticas capazes de sugerir que o aluno olhe para si e para o seu lugar com consciência crítica e com ideais de mudança. Para que isso ocorra, sugerimos o planejamento de aulas que levem sempre em consideração as afirmações freireanas. Objetivamos, assim, pregar um plano de ensino que esteja além dos preceitos do que Freire (2017) chama de educação bancária:

Na visão “bancária” da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (p. 81).

Seguimos, inclusive, a premissa do mesmo teórico quando diz, em *Educação e Mudança*, que

quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias [...]. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais (FREIRE, 1979, p. 30-31).

Por meio do conceito de “educação bancária”, Freire (2017) pretende, entre outras coisas, criticar as aulas conteudistas que proporcionam a existência de alunos copistas – ou papagaios e vitrolas, conforme diz Silva (1999) – e que pouco articulam com as ideias. Com base nisso, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho docente engajado, capaz de contribuir para a formação de leitores críticos, os quais sejam capazes de, no momento de suas mais diversas leituras, questionarem o mundo que lhes é apresentado e confrontá-lo com seu próprio mundo, criando assim ideais de mudança. Acreditamos que esses ideais chegam mais facilmente aos alunos através da leitura quando são encabeçados pelo professor que enxerga o seu papel transformador e político, e, portanto, contra a estagnação criticada por Silva (1999), assume o seu papel pesquisador e também leitor. Afinal, como posso formar alunos leitores críticos se eu, em minha vivência,

não o faço? Esse perfil docente que aqui defendemos, é comentado por Silva (1999):

os professores têm que superar o papel de repassador ou transmissor de informações para, através da pesquisa e do estudo constante (eis novamente aqui a leitura exercendo o seu papel), colocar-se em outro patamar de condutas pedagógicas ( p. 18).

Segundo Freire (1990),

Quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem a enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente da sua libertação (p. 41).

Acredita-se que a libertação de um povo perpassa inicialmente pelo desejo de mudança que ele manifesta. Para que aja desejo de mudança, não deve haver neutralidade. Por isso, se queremos mudar as mazelas a nossa volta, certos de que a educação é uma arma a favor das boas mudanças, precisamos, educadores e educandos, posicionar-nos criticamente.

Nessa perspectiva, apoiamos a disseminação de uma escola autenticamente formativa, que segundo Gramsci (1958) é:

uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de tornar-se homem, de adquirir os critérios gerais que sirvam ao desenvolvimento do caráter. [...] Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e constranja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência e formação a mover-se dentro de uma bitola (...). Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não, uma escola de escravidão e mecanicidade (apud MOCHCOVITCH, 1988, p. 57).

Por meio das ideias de Freire (1990) e de Gramsci (1958), entendemos que a escola não pode se eximir de proporcionar aos alunos leituras que abordem temas políticos, constantes e atuais como a violência contra a mulher, contribuindo assim para a formação de leitores capazes de se contrapor a realidade a sua volta através de uma leitura crítica e engajada.

É importante mencionar que ao abordar a necessidade de uma educação política passível de desencadear desejos de mudança em nossos educandos, Freire (1996,

p. 70-71) preocupou-se em dizer aos professores adeptos de suas ideias que “primordialmente, minha posição tem de ser a de respeito à pessoa que queira mudar ou que recuse mudar. Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura, mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la”. Em tempos de divergência política e ideológica é preciso que o professor político e progressista vá para a sala de aula bastante consciente dessa possibilidade para que a ele não falte coerência diante das negativas que podem surgir, afinal, conforme postula Freire em *Pedagogia da Esperança* (1992, p. 70) “ensinar não é a pura transferência mecânica do perfil do conteúdo que o professor faz ao aluno, passivo, dócil”. E mesmo que esse aluno impassivo demonstre uma recusa, cabe ao professor lembrar-se de que é papel do educador progressista e não omisso “propor sua leitura de mundo e salientar que há outras leituras de mundo, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela” (FREIRE, 1992, p. 112-113). Acima e independente de tudo, é preciso que o professor esteja bastante consciente e firme na ideia de que “se a educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante” (FREIRE, 1996, p. 112).

Acerca do que fora dito no parágrafo anterior, é importante levar em consideração o que Geraldi (2013) ressalta em *Portos de Passagem*:

Que razões podem levar a um estudo de um texto? Novamente, aqui, o querer saber mais é imprescindível: o leitor não disposto ao confronto, ao risco de construir-se nas interlocuções de que participa, e este risco aponta para a possibilidade de re-fazermos continuamente nossos sistemas de referências, de compreensão do mundo (ou de leitura do mundo, nas palavras de Paulo Freire, 1982), poderá passear os olhos sobre o texto sem escutá-lo (p. 172).

Por meio da colocação de Geraldi (2013), busca-se enfatizar que, embora se defenda neste trabalho o papel político e engajado do professor, não se deseja exigir que esse profissional lute contra a recusa de quem não quer trabalhar a mente no sentido de saber mais, refere-se àqueles que, como disse Geraldi (2013) apenas passam os olhos sobre o texto sem de fato estudá-lo. Contra essa postura, sugerimos que o professor busque conhecer os gostos e a realidade de seus alunos antes de selecionar os textos a serem estudados em sala de aula, sem deixar de ter em vista (e transmitir essa visão aos discentes) que nem sempre será possível o

trabalho apenas com as leituras consideradas prazerosas por eles, afinal – e eles precisam ser alertados disso – a construção de um leitor crítico perpassa também pela ampliação dos horizontes. Não se pode desconsiderar ainda que existem aportes teóricos capazes de orientar o professor que almeja fugir da estagnação docente criticada por Silva (1999) e despertar o desejo de seus alunos pela leitura. O professor deve tomar para si o trabalho que sua aula exija, mas sem deixar de enxergar-se – e de ser enxergado – como condutor do saber e não como condutor das vontades alheias.

Cabe ressaltar que este trabalho, ao evidenciar um posicionamento político capaz de contribuir para práticas de leitura crítica, não objetiva desmerecer a “leitura desarmada”, que, no nosso entendimento, é aquela em que o leitor lê pelo simples prazer, pelo gosto pela leitura. Acreditamos que toda leitura deva ser valorizada, desde as mais prazerosas às mais dolorosas. No entanto, defendemos que em todas elas, devemos incentivar nossos alunos a encontrar um ponto de representação da realidade ou ensiná-los a observar que algumas retratam a própria realidade. A partir de então, espera-se proporcionar aos educandos o desejo de posicionamento político diante da realidade que os incomoda, o qual, por sua vez, pode desencadear inevitáveis e necessários ideais de mudança. Logo, como já referido por meio de Freire (1990), é inconsistente que o professor se delimite a partir de uma neutralidade política, já que, segundo o teórico, a educação já é inevitavelmente um ato político. Assim, também concordamos com Geraldi (2012), que ao concordar com o pensamento de Freire (1990), nos diz que

antes de qualquer consideração específica sobre a atividade de sala de aula, é preciso que toda e qualquer metodologia de ensino articule uma opção política – que envolve uma teoria de compreensão e interpretação da realidade – com os mecanismos utilizados em sala de aula (p.40).

Em *Pedagogia da Autonomia* (1996, p. 22), Freire enfatiza que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablabá e a prática, ativismo”. No contexto da formação do leitor crítico, é preciso que nós professores estejamos bastante atentos a essa premissa, para que não cometamos o erro do falso moralismo nem do desequilíbrio do “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”. Não é utopia querer mudar o mundo através

da educação e da palavra, isso se chama esperança. É na esperança de um mundo mais igualitário para homens e mulheres que devemos lutar com um livro na mão: primeiro teorizando, depois agindo por meio da tentativa de conversão de nossos alunos em indivíduos com consciência crítica e democrática.

## 5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Este trabalho caracteriza-se como uma abordagem qualitativa, escolha que se justifica pelo fato de os resultados da pesquisa não poderem ser convertidos em números, métodos ou técnicas estatísticas, pois dependem da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (KAUARK; MANHÕES; MEDEIROS, 2010). Além disso, como a pesquisa qualitativa busca entender e interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto, os sujeitos ficam mais livres para apresentarem seus pontos de vista acerca das leituras de textos que abordam o tema “violência contra a mulher”.

Seu delineamento foi feito a partir da pesquisa-ação, dada a pretensão de compreender e intervir no processo educacional, com vistas a modificá-lo. Ao mesmo tempo em que realiza um diagnóstico e uma análise de uma situação, a pesquisa-ação propõe aos sujeitos envolvidos mudanças que levam a um aprimoramento das práticas analisadas (GIL, 2008). Tal trabalho requer a inserção do pesquisador no meio pesquisado, a formação dos sujeitos e a transformação da realidade, permitindo ao pesquisador intervir dentro da problemática em estudo, analisando-a e construindo novos conhecimentos, a partir da reflexão autocrítica de suas ações (PIMENTA; FRANCO, 2008). Compreendemos também que por meio dessa metodologia o professor pesquisador tem condições de identificar e preencher as lacunas identificadas na sua prática pedagógica.

O método de abordagem utilizado foi o hipotético dedutivo, o qual permitiu a realização de testes com relação a hipóteses apresentadas no estudo, a fim de compreender se é válida ou se não condiz com a realidade. Nossa hipótese é que é possível desenvolver um trabalho eficaz com estratégias de leitura aliadas a textos que abordam o tema “violência contra a mulher”, de modo a proporcionar a formação de leitores críticos.

De acordo com os objetivos, nossa pesquisa se caracteriza como explicativa, visto que por meio desta foi permitida a familiarização com o fenômeno a ser investigado, a consolidação da escolha das técnicas a serem abordadas e a demonstração dos

percalços que poderiam aparecer no decorrer da realização do estudo (KAUARK; MANHÕES; MEDEIROS, 2010). Foi possível ainda elucidar alguns fatos que ocorriam no âmbito da sala de aula e compreender o motivo pelo qual muitos alunos acabam não fazendo uma leitura crítica dos textos que os cercam.

Nossa pesquisa foi sistematizada em três etapas: 1) Realização de uma observação participante; 2) Realização de uma atividade de sondagem (avaliação diagnóstica); 3) Elaboração e aplicação de atividades de práticas de leitura e escrita.

Na primeira etapa, buscamos verificar a ocorrência da violência contra a mulher no município de Montanha, bem como as ações de amparo e conscientização das mulheres desse município.

A segunda etapa foi composta de uma atividade de sondagem. Para isso, foi proposto aos alunos que, a partir de dois textos motivadores, produzissem um artigo de opinião sobre o tema “Quais as causas da violência contra a mulher no Brasil e o que pode ser feito para diminuí-la?”. Optou-se por usar esse enunciado incisivo como forma de incitar os alunos, por meio da escrita, a expressarem o que de fato sabiam sobre a violência contra a mulher. Com isso, não intentou-se julgá-los, e sim, a partir de seus conhecimentos e dúvidas, buscar caminhos para interagir sobre o tema em questão.

A terceira etapa envolveu a elaboração e a aplicação, em 13 aulas de 50 minutos cada, de atividades de práticas de leitura e escrita baseadas nas ideias de Geraldi (2012). Nesta etapa, que ocorreu entre outubro e novembro de 2019, objetivou-se possibilitar aos alunos ler e fazer inferências orais e escritas de forma crítica acerca de textos que abordassem ou incitassem a violência contra a mulher. Isso se deu a partir de leituras de notícias de casos de violência contra a mulher e de frases e letras de músicas com discurso machista. Além disso, houve uma palestra que possibilitou aos alunos conhecer detalhes que envolvem esse problema, tais quais os diversos tipos de violência contra a mulher, suas causas e suas consequências. Por fim, os alunos foram levados a reescrever os textos produzidos na segunda etapa, de modo que complementassem o conteúdo de suas produções a partir dos novos conhecimentos adquiridos por meio do desenvolvimento deste projeto; além

disso, foi proposta uma segunda reescrita, a qual possibilitou que os alunos, após observarem as inferências feitas pela professora, fizessem uma análise linguística de seus textos, adequando-os à norma padrão. Depois disso, as produções foram expostas no mural da escola, conforme autorização dos alunos.

Para a realização dessas atividades foi necessária a participação da professora aplicadora, que precisou estar previamente alinhada e sensível ao tema político abordado nesta pesquisa: a violência contra a mulher. As atividades foram desenvolvidas com um grupo de alunos, já que as questões propostas visavam a desencadear trocas de ideias e de opiniões, o que pôde ser experienciado tanto por meio de rodas de conversa quanto por meio de apresentação de trabalhos em grupos. Contou-se ainda com a participação de uma assessoria jurídica; no caso do município de Montanha-ES, a advogada Camila Tardin, que atua em defesa de mulheres vítimas de violência, conforme supracitado, desenvolveu um trabalho voluntário, indo a uma das escolas participantes deste projeto para palestrar aos alunos acerca da violência contra a mulher, já na outra escola, os próprio alunos que receberam a palestra de Camila Tardin palestraram sobre o tema aos outros educandos envolvidos nesta pesquisa.

Quanto aos espaços, as atividades foram desenvolvidas na sala de aula e na biblioteca escolar, havendo o uso de material impresso e audiovisual.

Dessa forma, o desenvolvimento das atividades seguiu as seguintes etapas:

1ª Etapa: Constituída de uma atividade de sondagem que consistiu na produção de um artigo de opinião com o tema “Quais as causas da violência contra a mulher no Brasil e o que pode ser feito para diminuí-la?”. Antes disso, foi ofertada uma aula expositiva de revisão sobre artigo de opinião, conteúdo sobre o qual ambas as turmas já possuíam conhecimento, conforme verificamos a partir de relatos de alunos e dos professores de Língua Portuguesa que já haviam lecionado nessas turmas. Sobre o tema “violência contra a mulher”, não foram dadas informações prévias aos educandos.

2ª Etapa: Contemplou a leitura de notícias sobre casos de violência contra a mulher

no Brasil. Foi entregue um texto para cada aluno, contendo notícias que ocorreram em diferentes locais do Brasil. Após a leitura silenciosa, os educandos leram os títulos e subtítulos das notícias em voz alta, depois, abriu-se debate sobre os textos lidos e sobre o problema da violência contra a mulher. O material utilizado foi exposto na escola para chamar a atenção de todos.

3ª Etapa: Trata-se de uma palestra sobre as especificidades do problema da violência de gênero, em que foram apresentadas causas, consequências, mecanismos de proteção à mulher, diferentes formas de violência, índices etc. A palestra foi ofertada pela assessora jurídica Camila Tardin, que atua na Coordenadoria da Mulher do Município de Montanha-ES.

4ª Etapa: Aborda a leitura de frases machistas que são ditas corriqueiramente, tanto por homens quanto por mulheres. Para causar maior impacto, as frases foram fixadas abaixo das cadeiras dos alunos, antes que eles chegassem para a aula. Pediu-se que os educandos virassem suas cadeiras e lessem as frases em voz alta. Após, abriu-se espaço para debate acerca do machismo e de suas consequências e, por último, aproveitou-se para expor as frases em um cartaz, com título denunciativo, no pátio das escolas.

5ª Etapa: Contempla a leitura e a análise de letras de música machistas. Escolheram-se músicas que pertencem a diferentes gêneros e épocas, para que os alunos percebessem como o machismo está presente em diversos produtos culturais, produzidos ao longo do tempo. As músicas escolhidas, seguidas dos nomes de seus intérpretes, foram: Amélia (Mário Lago), Lôraburra (Gabriel o Pensador), A mala é falsa (Felipe Araújo), Ela é amiga da minha mulher (Seu Jorge), As mina pira (Fernando e Sorocaba) e Dona Gigi (Caçadores).

6ª Etapa: Diz respeito à solicitação de uma pesquisa, em grupo, de textos que mostrassem o contrário do exposto na etapa anterior. Assim, os alunos apresentaram à turma textos que expressavam a valorização da mulher. Neste momento, os grupos contextualizaram suas apresentações, comentando os textos selecionados e explicando o que os levaram a escolher tais objetos de leitura.

7ª Etapa: Trata-se do momento final, em que os artigos de opinião produzidos na primeira etapa foram devolvidos aos alunos, que, conforme quiseram, com base nos novos conhecimentos adquiridos ao longo desta pesquisa, fizeram modificações em seus textos, reescrevendo-os, acrescentando ou suprimindo informações. É importante destacar que os artigos devolvidos não continham inferências feitas pela professora. Somente após a primeira reescrita foram feitas observações quanto aos aspectos textuais empregados pelos alunos, de modo que eles observassem os desvios de linguagem cometidos e fizessem a reescrita final do texto que, com a autorização dos educandos, tiveram trechos que se mostravam coerentes, apesar do recorte, expostos no mural da escola, como forma de, através da opinião dos alunos, chamar a atenção dos demais colegas para o problema da violência contra a mulher.

As etapas supracitadas foram elaboradas de modo a favorecer o objetivo desta pesquisa que é propor atividades de práticas de leitura e escrita que possibilitem a formação de leitores críticos a partir de textos que abordem o tema “violência contra a mulher”, seja pelo fato de denunciarem, refletirem ou incitarem a violência de gênero. Contudo isso não impediu que a professora aplicadora fizesse inferências no corpo dos textos produzidos, no que diz respeito aos aspectos gramaticais e textuais, para que, assim, os alunos analisassem seus desvios da linguagem e aplicassem as sugestões da professora em favor de uma melhor textualização.

Após as inferências e as adequações feitas pelos alunos em seus textos, devemos levar em consideração esta observação de Geraldi (2012):

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a produção de textos na escola foge totalmente ao sentido de uso da língua: os alunos escrevem para o professor (único leitor, quando lê os textos). A situação de emprego da língua é, pois, artificial. Afinal, qual a graça em escrever um texto que não será lido por ninguém ou que será lido apenas por uma pessoa (que por sinal corrigirá o texto e dará nota para ele)? (p. 65).

Assim, seguindo a proposta de Geraldi (2012), que, após a reflexão acima, influi a circulação dos textos produzidos nas aulas de prática de leitura e de escrita, sugerimos a publicação dos textos ou de trechos relevantes produzidos pelos alunos, o que pode ser feito de diferentes formas, inclusive por meio de um painel

chamativo na escola, conforme fizemos. Isso deve ser deixado claro aos alunos, os quais precisam autorizar a publicação de suas produções.

## 5.1 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA<sup>22</sup>

### 5.1.1 As Escolas

Com o objetivo de privilegiar, por meio desta pesquisa, alunos de Ensino Fundamental e Médio, este trabalho foi desenvolvido em duas escolas e em duas etapas. Primeiro, foi desenvolvido no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), campus Montanha, em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio, onde a autora desta pesquisa atua. Depois, o mesmo projeto foi desenvolvido por meio de uma atividade de extensão na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Elpídio Campos de Oliveira, a Escola Viva, que também está localizada no município de Montanha, em uma turma do nono ano do Ensino Fundamental.

### 5.1.2 O Ifes, campus Montanha

O Ifes campus Montanha foi inaugurado em maio de 2013. Seu prédio foi erguido sobre um terreno doado pela prefeitura, o qual fica na entrada da cidade e a um quilômetro do Centro.

O prédio é constituído de dois pavimentos cujas instalações contam com dezesseis salas de aulas, cada uma delas possui capacidade para quarenta e sete cadeiras, além de um projetor multimídia e um computador; há também um auditório com estrutura. Existem na escola dois laboratórios de informática, os quais atendem 40 alunos cada, um laboratório de química, um de física, um de matemática e um de biologia, todos equipados para atenderem 20 alunos em cada um deles. Há também uma biblioteca espaçosa com ambientes para estudo individual e coletivo e com acervo variado. Há no campus um refeitório com 120 lugares que oferece diversos tipos de alimentos, os quais são vendidos aos alunos. Atualmente, está sendo construído um Ginásio Poliesportivo que atenderá não só o campus como toda a região em que está inserido. A escola possui ainda uma estufa e um viveiro

---

<sup>22</sup> Os dados descritos neste bloco correspondem ao período de elaboração desta pesquisa, qual seja o ano letivo de 2019.

equipado para a implementação das aulas do curso Técnico em Agropecuária. Todos os ambientes internos, usados por professores e alunos para suas atividades intelectuais, são climatizados.

No campus há também: almoxarifado, área verde, banheiros (inclusive acessíveis e com chuveiros), pátios coberto e descoberto, sala de ateliê de artes, sala de leitura, sala de diretoria, sala dos professores, cozinha, sala de secretaria, sala de recursos para atendimento educacional especializado, elevador e rampas. Além disso, os alunos possuem armários individuais para que possam guardar seus pertences.

A unidade de Montanha possui o seguinte aparato tecnológico: 5 lousas digitais, 22 projetores multimídia, 65 computadores de mesa e acesso à internet para uso de funcionários e alunos.

Na esfera administrativa, o Ifes/Montanha conta com Diretoria Geral, Diretoria de Administração e Planejamento, Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, treze coordenadorias, uma enfermaria, uma portaria e duas salas de arquivo. Já na esfera profissional, conta-se com: trinta e um professores, cinco auxiliares de secretaria, treze auxiliares de serviços gerais, uma bibliotecária, uma enfermeira, um coordenador disciplinar, dez profissionais de supervisão pedagógica, um secretário escolar, quatro seguranças e dois técnicos de laboratório.

A instituição oferece os seguintes cursos: Técnico em Administração, Técnico em Agropecuária, ambos concomitantes ao Ensino Médio; e Curso Superior de Tecnologia de Gestão Ambiental. Os cursos técnicos são ofertados em tempo integral nos turnos matutino e vespertino, já o curso superior é ofertado no turno noturno. Para ingressar nesses cursos, é preciso passar por exame de seleção de ingresso por meio de prova escrita.

Os cursos supracitados recebem alunos provenientes de outros municípios, além de Montanha, sendo eles: Pinheiros/ES, Mucurici/ES, Ponto Belo/ES, Pedro Canário/ES e Nanuque/MG. Devido à distância, os alunos provenientes de Pedro Canário/ES optam por residirem em repúblicas estudantis ou em casa de familiares na cidade de Montanha. Já o restante se locomove todos os dias até o Instituto por meio de

transporte escolar. Sobre o custeio do deslocamento, somente os alunos de Pinheiros têm acesso a transporte totalmente gratuito, mantido pela prefeitura daquela cidade; os demais contam com parcerias feitas pelo Ifes, através de auxílio estudantil; e alguns outros acabam pagando uma mensalidade para uma empresa de transporte.

Hoje o campus atende quatrocentos e nove alunos matriculados nos cursos técnicos e sessenta e oito matriculados no curso superior. Desse total de quatrocentos e nove alunos, cento e trinta e três recebem auxílio estudantil que é convertido em oferta de lanche e almoço diários no restaurante que existe na escola, em cinquenta por cento do valor gasto com transporte e em cem reais de auxílio hospedagem. Esse auxílio é concedido aos alunos após uma pesquisa social, que visa à apuração do perfil econômico dos alunos, de modo que o auxílio seja concedido àqueles de menor renda. Ademais, todos os educandos dos cursos técnico têm acesso a material didático gratuito.

### **5.1.3 A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Elpídio Campos de Oliveira**

A escola “Elpídio Campos” foi fundada em 1955 e em 2017 foi transformada em um centro de ensino em tempo integral, passando a ser chamada de “Escola Viva”. Localizada no Centro de Montanha/ES, a escola atende alunos das zonas urbana e rural desse município e das cidades de Ponto Belo/ES e Mucurici/ES; todos os seus estudantes têm acesso a transporte público, alimentação, material didático e uniforme escolar gratuitos. Há na escola hoje trezentos e oitenta e quatro alunos, divididos em doze turmas de Ensino Fundamental (oitavo e nono anos) e de ensino médio (primeira à terceira série). O ingresso nessa instituição é aberto a toda a comunidade, por meio de matrícula escolar.

Essa escola possui vinte e dois professores, um diretor escolar, um coordenador pedagógico, um coordenador administrativo e financeiro, um coordenador de secretaria e um pedagogo. O quadro administrativo é formado por nove auxiliares de secretaria, sendo que quatro desses atuam na secretaria escolar e cinco atuam como “apoios de pátio”. Há ainda quatro auxiliares de serviços gerais quatro

merendeiras e um vigilante.

Além das salas de aula, a escola possui sala de professores, sala de direção e sala de secretaria; há também cozinha, refeitório, quadra poliesportiva, pátio coberto, biblioteca com um acervo médio, rampa e banheiros acessíveis. Além disso, o colégio dispõe de 40 *chromebooks* para uso dos alunos, de televisores e retroprojetores em todas as salas de aula, de laboratórios de ciências e de informática. Há internet disponível a todos os alunos, mas esta é desconectada durante os horários de aula.

## 5.2 AS TURMAS

### 5.2.1 O 1º ano do Ensino Médio

A turma possui 41 alunos, sendo 23 alunas e 18 alunos. No geral, o grupo é bastante comunicativo e participativo, além disso, os alunos possuem um bom entrosamento, tanto entre eles quanto com a professora, havendo apenas problemas quanto ao cumprimento de atividades de casa. Após aplicação de uma pesquisa, a qual seguiu a mesma metodologia do Instituto Pró-Livro para determinar leitores e não leitores, considerando leitores aqueles que leram nos últimos três meses um livro inteiro ou em partes, constatou-se que, dos 41 entrevistados, somente 4 informaram ser leitores.

### 5.2.2. O 9º ano do Ensino Fundamental

A classe possui 27 alunos, sendo 13 alunas e 14 alunos. A turma conversa bastante, mas não se mostra resistente às solicitações da professora. Assim como a classe de primeiro ano em que se desenvolveu esta pesquisa, os alunos demonstram possuírem um bom entrosamento e também costumam deixar de cumprir as tarefas de casa. Após aplicação de uma pesquisa, que também seguiu a mesma metodologia do Instituto Pró-Livro para determinar leitores e não leitores, conforme supracitado, constatou-se que, dos 27 entrevistados, somente 2 informaram serem leitores.

Para que este projeto privilegiasse esta turma de Ensino Fundamental, buscou-se a

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Elpídio Campos de Oliveira, onde a professora de Língua Portuguesa Amarilza Paulo de Souza Roque Cantão prontamente nos recebeu e permitiu que este projeto fosse desenvolvido em sua sala de aula.

### 5.3 A CIDADE

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2018, a população de Montanha era estimada em 18.770 mil habitantes. Sobre dados referentes à educação, esse mesmo instituto informa que o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) nos anos iniciais do Ensino Fundamental é de 5,3, já nos anos finais é de 3,8. Além disso, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é 98,8%.

Montanha é um município jovem, tendo sido emancipado em 1963. Sua economia é baseada na cultura bovina e na plantação de café e de mandioca. Ademais, a cidade possui algumas manifestações culturais conhecidas, como o Festival da Carne-de-Sol, um evento culinário festivo em que são feitos pratos à base de carne de sol e onde se tem contato com o famoso Forró de Montanha.

No que diz respeito à violência contra a mulher, Montanha possui hoje 188 processos tramitando, segundo informação da “Coordenadoria da Mulher” de Montanha-ES, 2019.

### 5.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: EM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A GENTE METE A COLHER

O Produto que resultou desta pesquisa foi um caderno de atividades de práticas de leitura e escrita, o qual contemplou textos que abordavam o tema ou incitavam a violência contra a mulher. Assim, acreditamos que nosso produto educacional seja uma forma de levar os alunos a terem um maior contato com a questão da violência de gênero, lendo, escrevendo, refletindo, opinando de forma crítica e, automaticamente, compreendendo e interpretando a realidade a sua volta a partir das práticas desenvolvidas na sala de aula.

Para criarmos nosso produto educacional, baseamo-nos nos ensinamentos de Geraldi (2012, p. 88), o qual defende o ponto de vista de que “o ensino de língua portuguesa deveria centrar-se em três práticas: leitura de textos, produção de textos e análise linguística”. Geraldi (2012) enfatiza ainda que

Essas práticas, integradas no processo de ensino aprendizagem, têm dois objetivos interligados:

- a. tentar ultrapassar, apesar dos limites da escola, a artificialidade que se institui na sala de aula quanto ao uso da linguagem;
- b. possibilitar, pelo uso não artificial da linguagem, o domínio efetivo da língua padrão em suas modalidades oral e escrita (p. 88).

No que diz respeito à leitura de textos, optamos por uma leitura que foge à mera decifração, conforme solicita Silva (1999), Freire (1996) e o próprio Geraldi (2012). Além disso, para o desenvolvimento dessas atividades de práticas de leitura e escrita, utilizamos textos mais curtos, os quais, segundo Geraldi (2012), incorporam um dos dois níveis de profundidade de leitura; o segundo tipo contempla as narrativas mais longas. Quanto à escolha de textos curtos para o desenvolvimento de nosso produto educacional, amparamo-nos no registro de Geraldi (2012) sobre o fato de que

A leitura de um texto curto (noticiário, crônica, conto, etc.) não exerce uma função aleatória na sala de aula. Com os textos curtos, o professor poderá exercer sua função de ruptura no processo de compreensão da realidade (p. 64).

Geraldi (2012) explica ainda algumas formas como a leitura pode ser utilizada na escola. Entre elas, usaremos as seguintes:

- a) A leitura – busca de informação: método em que o leitor busca extrair do texto uma informação, fato que se dá durante a aplicação de nosso produto a partir da leitura de uma cartilha contendo explicações sobre o contexto da violência contra a mulher.
- b) A leitura do texto – pretexto: estratégia em que se lê um texto para que a partir dele possa se produzir outro. Essa forma é bastante empregada na articulação desta pesquisa, já que usamos a escrita como forma de conhecer a opinião que os alunos são capazes de construir a partir das leituras selecionadas para este produto.

Sobre a produção textual, ancoramo-nos novamente em Geraldi (2012), pois, para as séries (ano/turma) em que escolhemos desenvolver esta pesquisa, esse linguista sugere o desenvolvimento de produções que abordem temas políticos e sociais, de modo que esses alunos comecem a formar uma opinião e sejam capazes de expô-la. Logo, ao encontro da proposta de Geraldi (2012) está o tema selecionado para esta pesquisa: violência contra a mulher. Além disso, seguindo a ideia supracitada de uma leitura pretexto, temos em nossa produção maior respaldo significativo, já que o processo de escrita irá incorporar os conhecimentos adquiridos por nossos alunos ao longo das aulas selecionadas para esta pesquisa.

Por fim, no que tange à prática da análise linguística, também seguimos o ensinamento de Geraldi (2012, p.74), o qual explica que “fundamentalmente, a prática de análise linguística deve se caracterizar pela retomada do texto produzido na aula de produção, para reescrevê-lo no aspecto tomado como tema da aula de análise”. Ademais, para Geraldi (2012, p. 74), “o objetivo da análise linguística é a reescrita do texto do aluno”.

## 5.5 APLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA E OS RESULTADOS OBTIDOS

Esta pesquisa foi desenvolvida em duas fases: primeiro, aplicou-se as atividades de leitura na turma de 1º ano do Ensino Médio do Ifes – campus Montanha –, após, as mesmas atividades foram aplicadas na turma de 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Viva. Para a aplicação deste projeto no 9º ano, contou-se com a participação dos alunos do 1º ano, que, juntamente à professora, foram à sala de aula e revezaram-se apresentando aos alunos os conteúdos que aprenderam, compartilhando suas experiências e transmitindo seus conhecimentos. As correções das atividades escritas e o registro dos comentários orais foram de responsabilidade da professora autora deste trabalho. Notou-se que ambas as turmas demonstraram uma evolução de seus conhecimentos e de sua opinião crítica acerca do “tema violência contra a mulher”, algo que pôde ser notado por meio das produções textuais finais dos alunos, no entanto, percebeu-se que nas atividades orais, os alunos da primeira série demonstraram maior desenvoltura e raciocínio crítico.

Acreditamos que assim tenha ocorrido devido ao grau de maturidade de ambas as turmas, o que não quer dizer que a turma de nono ano não tenha demonstrado de alguma forma sua criticidade. Assim, consideramos que este trabalho teve uma aplicabilidade favorável ao desenvolvimento de leitores críticos tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. Desse modo, as etapas da pesquisa desenvolvidas em sala de aula, bem como os resultados obtidos em ambas as turmas, serão relatados num único texto, conforme faremos a seguir.

As atividades foram desenvolvidas nos espaços da sala de aula e da biblioteca escolar, sendo necessárias 13 aulas no Ifes e 13 aulas na Escola Viva, sendo essas aulas de 50 minutos cada, em ambos os colégios. Dessa forma, foi possível concluir as atividades em três semanas, entre outubro e novembro de 2019, contudo, essa duração não precisa ser fixada/ por outro professor que venha a utilizar nosso produto, ficando a critério do docente a dinamicidade de suas aulas.

### **5.5.1 O que você sabe sobre a violência contra a mulher?**

Para inserir na aula de Língua Portuguesa o tema “violência contra a mulher”, optou-se por, primeiro, verificar o que os alunos sabem e pensam sobre esse assunto. Dessa forma, utilizou-se o Artigo de Opinião como uma forma de coletar as opiniões individuais dos alunos acerca do tema. Para isso, foi aplicada uma aula expositiva de 50 minutos com a intenção de revisar o conteúdo mencionado já que os educandos relataram já terem estudado o Artigo de Opinião nos anos anteriores. Para o desenvolvimento dessa aula, utilizamos como referência um livro didático diferente daquele utilizado por nossos alunos, o qual dedica um capítulo inteiro para falar sobre Artigo de Opinião, trata-se do livro *Vozes do Mundo* (2013), de Tardelli, Oda, Campos e Toledo.

Após a aula expositiva, os alunos foram levados a produzirem um texto que abordasse o tema “Quais as causas da violência contra a mulher no Brasil e o que pode ser feito para acabar com esse problema<sup>23</sup>?”. Previamente, os educandos

---

<sup>23</sup> Sabemos que acabar com esse problema é algo muito complexo, mesmo assim, optamos por essa linha de pensamento por acreditarmos que a violência contra a mulher não deve ser aceita em nenhuma proporção.

foram informados apenas de que iriam produzir um texto sobre um assunto muito pertinente na atualidade. Para tanto, receberam dois textos motivadores, sendo eles: um *banner* publicado pelo site do Instituto Patrícia Galvão em 2019 com o título “Cronômetro da Violência contra a Mulher” e um fragmento de notícia publicada pelo site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2019 com o título “Violência contra as mulheres vem crescendo no Brasil”. Os alunos fizeram suas produções em duas aulas geminadas de 50 minutos cada. Nesta etapa, apenas uma aluna, que se encontrava de atestado médico não produziu o que foi solicitado. Constatamos que mesmo com alguma dificuldade, todos os participantes da pesquisa se disponibilizaram a colocar no papel seus pensamentos, mostrando que de alguma forma eles sabiam algo sobre o assunto.

Vários alunos ignoraram o fato de a proposta solicitar que eles escrevessem quais eram as causas da violência contra a mulher; indagados sobre isso, a maioria expressou não saber quais seriam essas causas. Alguns outros alunos relacionaram a reincidência da violência de gênero às ações da própria mulher, afirmando que essas mulheres, embora sejam vítimas de violência, optam por não abandonarem seus companheiros; nessa discussão, alguns afirmaram que isso tem relação com o medo que a mulher sente, mas nenhum deles relacionou esse fato a questões econômicas, religiosas ou culturais.

Todos os educandos relacionaram o tema à violência doméstica, não havendo menção aos diversos tipos de violência praticados contra a mulher por algum desconhecido. Sobre o que pode ser feito para diminuir esse mal, alguns alunos nada expressaram, mas a maioria informou que é preciso criar leis e intensificar as penas contra homens agressores. Faz-se necessário citar que nenhum aluno citou a Lei Maria da Penha. Sendo assim, percebeu-se, por meio dessa atividade de sondagem, que os alunos contemplados por esta pesquisa sabem o que é a violência contra a mulher e sabem que ela está bastante presente no ambiente doméstico de muitas famílias brasileiras. No entanto, esses educandos demonstraram não conhecerem as especificidades desse problema.

### **5.5.2 Notícia: A violência contra a mulher em destaque**

Nesta etapa da pesquisa, os alunos foram levados à biblioteca escolar para uma aula de leitura, a qual foi feita em duas aulas geminadas de 50 minutos cada. Inicialmente, os participantes receberam notícias, sendo entregue uma a cada aluno, e foram orientados a ler em silêncio e individualmente. Após esse momento, foi solicitado aos discentes que lessem em voz alta para a turma o título e o subtítulo de suas notícias. Todos os textos levados à aula, os quais foram extraídos de diversos sites de notícia, tinham um único assunto: casos de violência contra a mulher ocorridos em 2019 em diversas regiões do Brasil. O objetivo desta aula foi sensibilizar os alunos para a questão das diferentes formas de violência de gênero, que se repetem diariamente em nosso país, além disso, intentou-se alertar os discentes para o fato de que diversas vezes lemos ou assistimos a manchetes como aquelas levadas à sala de aula e não nos interpelamos acerca de suas causas, tratando a violência de gênero como algo normal.

Algumas notícias selecionadas tinham os seguintes títulos:

“Mulher é assassinada a facadas quando chegava para trabalhar; ex é suspeito” (Estado de Minas Gerais, 2019);

“Corpo de mulher assassinada na frente da filha de 4 anos é velado em Cariacica” (Folha Vitória, 2019);

“Mulher é morta a tiros dentro de casa, em Vila Velha, ES” (G1, 2019);

“Mulher é assassinada com tiro no rosto em Goiás; ex-namorado é o principal suspeito” (Extra, 2019);

“Mulher é estuprada por cinco homens em 'matadouro” (Estado de Minas Gerais, 2019).

Após as leituras, os alunos debateram entre si e fizeram as seguintes constatações:

A maioria das mulheres é agredida por seus companheiros ou ex-companheiros e não por algum desconhecido; muitos homens se acham donos de suas

companheiras e a causa disso é o machismo; muitas mulheres agredidas continuam com seus agressores por acreditarem que eles podem mudar, por terem medo ou por questões financeiras, já que muitas não têm estudo ou emprego.

Após observar os comentários que os alunos emitiram, foi feita uma intervenção, com base em suas falas. Explicamos acerca do machismo, que faz com que muitos homens se sintam superiores às mulheres e donos delas e comentamos o fato de que a violência contra a mulher está, muitas vezes, alicerçada em questões econômicas. Nesse momento da aula, falamos sobre a Lei Maria da Penha, explicando como ela surgiu e quais os tipos de violência sobre os quais ela legisla.

Por fim, enfatizou-se com os alunos o fato de que notícias como as que foram lidas nessa aula fazem parte do nosso cotidiano e que nós estamos nos habituando a ouvi-las ou a lê-las sem nos revoltarmos ou questionarmos o que está por trás da violência contra a mulher e o que pode ajudar a combater esse mal. Ademais, eles foram alertados de que é necessário mudar de postura, pois precisamos questionar criticamente as injustiças que nos rodeiam.

As notícias lidas foram fixadas em um cartaz que foi exposto no mural das duas escolas contempladas por esta pesquisa. O cartaz foi assim intitulado: “Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil (Pesquisa Datafolha, 2018)”<sup>24</sup>.

### **5.5.3 Entendendo as especificidades da Violência contra a mulher**

Neste momento, os alunos do Ifes receberam em uma aula de 50 minutos a assessora jurídica Camila Tardin, que já foi apresentada nesta pesquisa. Camila levou aos educandos uma palestra bem detalhada sobre o tema “violência de gênero”, evidenciando números e exemplos de casos em Montanha e no Espírito Santo, além de explicar os tipos de violência contra a mulher, de que forma ocorrem e quais os mecanismos de defesa que a mulher possui. Camila permitiu que os alunos fizessem perguntas e participassem da palestra. Ao final, os educandos receberam e fizeram, junto com a assessora, a leitura da cartilha divulgada pela

---

<sup>24</sup> Disponível no site g1.com.br, 2019.

Coordenadoria Municipal da Mulher de Montanha, dirigida por Camilia Tardin, material exposto na terceira seção deste trabalho.

O objetivo desta etapa foi contextualizar as informações que os alunos haviam constatado na etapa anterior desta pesquisa, desta vez, por meio de uma consultoria jurídica. Assim, os alunos foram alertados sobre algumas formas de violência e de desrespeito à mulher, que são passíveis de criminalização e devem ser encaradas com seriedade por todos nós, tais quais: importunação sexual e injúrias que podem ser proferidas em discursos diversos, conforme o exemplo de Jair Messias Bolsonaro, citado acima, ou em letras de músicas ofensivas.

A turma do 9º ano do Ensino Fundamental recebeu a mesma cartilha e ouviu uma palestra semelhante. Porém, dessa vez, foram os próprios alunos da 1ª série do Ensino Médio que, orientados pela assessora jurídica Camilia Tardin e pela professora autora desta pesquisa, levaram ao 9º ano as informações que receberam. Esta etapa da pesquisa possibilitou uma troca de conhecimentos bastante positiva, uma vez que os alunos do 1ª série tiveram que se aprofundar verdadeiramente no assunto para que conseguissem transmitir ao 9º ano a real gravidade do problema da violência contra a mulher.

#### **5.5.4 Você costuma dizer frases machistas?**

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida em uma aula de 50 minutos e nela os alunos, que já estavam sentados aguardando o início da aula, foram convidados a virarem suas cadeiras de cabeça para baixo e a lerem em voz alta a frase afixada abaixo dela. Cada aluno leu uma frase machista, entre as quais:

- Você é uma mocinha. Aprende a sentar.
- Menina não brinca de luta.
- Menina não grita.
- Vestido curto demais. Tá pedindo...

- Mulher no volante, perigo constante.
- A única coisa que você pilota bem é fogão.
- Mulher não gosta de homem; gosta de dinheiro.
- É muito bonita pra ser inteligente.
- Mulher age com a emoção e não com a razão.
- Mulher e carro, quanto menos rodados, melhor.
- Mulher é muito problemática.
- Mulher que diz “não” para mim está só se fazendo de difícil.
- Ela não quis ficar comigo, então provavelmente é lésbica.
- Ela é brava assim porque é mal-amada.
- Não tem problema a mulher trabalhar fora, desde que não atrapalhe nas tarefas domésticas.

A essa altura, os alunos já se mostravam conscientes do que era o machismo e de que esse era um dos principais causadores da violência contra a mulher, conforme expressaram e ouviram nas etapas anteriores. O objetivo desta atividade foi levar os alunos a refletirem sobre a maneira corriqueira como muitas vezes contribuimos para a disseminação do machismo ao proferirmos frases como aquelas que estavam embaixo de suas cadeiras, colaborando assim para que as práticas de violência de gênero, alicerçadas numa cultura machista, perpetuem-se.

Assim, os alunos foram solicitados a refletirem sobre se costumam falar ou ouvir essas frases e sobre quais são os impactos da reprodução dessas falas em nossa

sociedade. Alguns discentes relataram estarem tão acostumados a ouvirem frases como essas que jamais pensaram em questionar a ideologia machista que existe por trás delas.

Após os comentários, foi feita uma intervenção em que se explicou aos educandos que essas frases não são inofensivas, já que elas contribuem para a disseminação da ideologia machista em nossa sociedade, configurando um cenário que além de ser uma forma de violência, é uma das principais causas da violência de gênero, visto que muitos homens se sentem superiores às mulheres, achando que, portanto, podem agredi-las. Explicou-se aos alunos que uma forma de se combater o machismo, caso se sintam motivados a isso, seria posicionar-se diante desse tipo de situação.

É importante ressaltar que se enfatizou com os alunos que criticar e questionar não são ações sinônimas de condenar ou de agir com intolerância, caso contrário, estaríamos assumindo a mesma postura daqueles que agem com machismo e acabam inferiorizando as mulheres.

Por fim, as frases lidas foram afixadas em um cartaz com o título: “Frases machistas que contribuem para a disseminação da violência contra a mulher. Você costuma dizer alguma?”. O material foi exposto no mural das duas escolas contempladas por esta pesquisa.

#### **5.5.5 Análise de algumas letras de música machistas**

Na palestra concedida pela assessora jurídica Camila Tardin, os alunos foram informados de que músicas com letras ofensivas configuram uma forma de violência moral contra as mulheres, conforme consta na cartilha que a assessora leu junto aos alunos. Nesta etapa, que foi feita em duas aulas geminadas de 50 minutos cada, os educandos leram e ouviram algumas músicas, cujos vídeos com as respectivas letras foram expostos em *data show*; após, os educandos foram convidados a refletirem sobre o conteúdo depreciativo dessas letras, que, a partir de um tom machista, acabam contribuindo para a disseminação da violência contra a mulher sem que haja um questionamento dessa problemática por quem consome esse tipo

de produto. O objetivo desta etapa foi levar os alunos a perceberem que a reprodução de discursos machistas se faz de maneira despreocupada em diversos âmbitos, inclusive cultural, de modo que a sociedade acaba por consumir esse conteúdo de forma completamente passiva.

As letras analisadas serão expostas a seguir acompanhadas de um breve resumo sobre a leitura de indicações machistas em suas composições:

1) Amélia (Composição de Mário Lago e Ataulfo Alves e interpretação de Mário Lago): constrói a figurada mulher como um ser que não deve ter vaidade e que é totalmente dependente do homem, aceitando tudo o que este lhe impõe:

Nunca vi fazer tanta exigência  
 Nem fazer o que você me faz  
 Você não sabe o que é consciência  
 Não vê que eu sou um pobre rapaz  
 Você só pensa em luxo e riqueza  
 Tudo o que você vê, você quer  
 Ai, meu Deus, que saudade da Amélia  
 Aquilo sim é que era mulher

Às vezes passava fome ao meu lado  
 E achava bonito não ter o que comer  
 Quando me via contrariado  
 Dizia: Meu filho, o que se há de fazer!  
 Amélia não tinha a menor vaidade  
 Amélia é que era mulher de verdade (Disponível em:  
<https://www.letras.mus.br/mario-lago/377002/>. Acesso em: 12 out. 2019).

2) Lôrabúrri (Composição e interpretação de Gabriel o Pensador): faz duras críticas às mulheres que cuidam da aparência, taxando algumas de burras e interesseiras:

Existem mulheres que são uma beleza  
 Mas quando abrem a boca  
 Hmm que tristeza!  
 Não não é o seu hálito que apodrece o ar  
 O problema é o que elas falam que não dá pra agüentar  
 Nada na cabeça  
 Personalidade fraca  
 Tem a feminilidade e a sensualidade de uma vaca  
 Produzidas com roupinhas da estação  
 Que viram no anúncio da televisão  
 Milhões de pessoas transitam pelas ruas mas conhecemos facilmente esse tipo de perua  
 Bundinha empinada pra mostrar que é bonita  
 E a cabeça parafinada pra ficar igual paqueta  
 Lôrabúrri!  
 Elas estão em toda parte do meu Rio de Janeiro

E às vezes me interrogo se elas tão no mundo inteiro  
 À procura de carros  
 À procura de dinheiro  
 O lugar dessas cadelas era mesmo no puteiro  
 Só se preocupam em chamar a atenção  
 Não pelas idéias mas pelo burrão  
 Não pensam em nada  
 Só querem badalar  
 Estar na moda tirar onda beber e fumar  
 Cadelinhas de boate ou ratinhas de praia  
 Apenas os otários aturam a sua laia (Disponível em:  
<https://www.letras.mus.br/gabriel-pensador/116215/>. Acesso em 12 out.  
 2019).

3) A mala é falsa (Composição de Bruno Mandioca, Maycow Mello e Thales Lessa e interpretação de Felipe Araújo): expõe um homem ameaçando deixar sua companheira porque, segundo ele, a mulher “deixou a relação esfriar”. Ele, porém, conclui que não vai embora, mas que ela deverá satisfazer todo o seu apetite sexual:

É, agora tá com tempo pra me escutar  
 Agora diz que ama e que vai mudar  
 Eu sei que a cena é forte, vai doer agora  
 Arrumei minha mala, tô caindo fora

Você não percebeu, mas esfriou  
 Caiu na rotina, você descuidou  
 Eu só queria um pouco de carinho  
 Fica tranquila amor eu tô fingindo

A mala é falsa, amor  
 Engole o choro, embora eu não vou  
 Agora vê se aprende a dar valor  
 Mata minha sede de fazer amor (Disponível em:  
<https://www.letras.mus.br/felipe-araujo/a-mala-e-falsa-amor/> Acesso em 12  
 out. 2019).

4) Ela é amiga da minha mulher (Composição de Angelo Vitor Simplicio da Silva, Gabriel de Moura Passos, Roger José Cury e Seu Jorge e interpretação de Seu Jorge): apresenta um homem em dúvida quanto a trair ou não sua esposa com uma amiga dela; ao se referir a essa amiga, o homem diz que se ela fosse feia, tudo estaria certo, mas a questão é que ela é bonita. O homem representa sua dúvida por meio dos dizeres “eu pego, não pego”:

Ela é amiga da minha mulher  
 Pois é, pois é  
 Mas vive dando em cima de mim  
 Enfim, enfim

Ainda por cima é uma tremenda gata  
 Pra piorar minha situação.  
 Se fosse mulher feia tava tudo certo  
 Mulher bonita mexe com meu coração  
 Se fosse mulher feia tava tudo certo  
 Mulher bonita mexe com meu coração

Não pego, eu pego, não pego, eu pego, não pego não  
 Não pego, eu pego, não pego, eu pego, não pego não (Disponível em:  
<https://www.lettras.mus.br/seu-jorge/1927506/>. Acesso em 12 out. 2019).

5) As mina pira (Composição de Sorocaba e Thiago Severo e interpretação de Fernando e Sorocaba): descreve uma festa em que as mulheres consomem bebida alcoólica facilitando o relacionamento entre elas e os homens que estão no mesmo ambiente, algo que se percebe quando a letra diz “ta fácil de pegar”:

Dá balão no namorado  
 Desliga o celular  
 Pode vim, vem festar

Tá tudo programado no apê do Guarujá  
 Hoje não vai prestar

O churrascão vai comer solto  
 A "champa" não pode faltar  
 Liga pra quatro ou cinco amigas  
 Traz o biquíni  
 Que hoje o Sol tá de rachar

As mina pira, pira  
 Toma tequila  
 Sobe na mesa  
 Pula na piscina  
 As mina pira, pira  
 Entra no clima  
 Tá fácil de pegar  
 Pra cima (Disponível em <https://www.lettras.mus.br/fernando-sorocaba/as-mina-pira/>, Acesso em: 12 de out. de 2019).

6) Dona Gigi (Composição de Waguiinho e interpretação de Caçadores): deprecia e ofende uma mulher em função de sua aparência; em um dos trechos, o compositor até diz que, se a mulher se aproximar, ela vai levar um soco:

Se me vê agarrado com ela  
 Separa que é briga, tá ligado!  
 Ela quer um carinho gostoso  
 Um bico dois soco e três cruzado!  
 Tá com pena leva ela pra casa  
 Porque nem de graça eu quero essa mulher!  
 Caçadores estão na pista pra dizer como ela é

Caolha, nariz de tomada, sem bunda, pernetta  
 Corpo de minhoca, banguela, orelhuda, tem unha incravada  
 Com peito caído e um caroço nas costas  
 Ih gente! Capina, despenca  
 Cai fora, vai embora  
 Se não vai dançar  
 Chamei 2 guerreiros  
 Bispo macedo, com padre quevedo pra te exorcisar  
 Oi, vaza (Disponível em <https://www.letras.mus.br/os-cacadores/395648/>,  
 Acesso em: 12 out. 2019).

Após a leitura e a reflexão sobre as letras, os alunos receberam a seguinte indagação escrita: “Se você pudesse conversar com um dos autores das músicas analisadas nas aulas de hoje, o que você diria a ele?”

Seguem algumas respostas produzidas pelos alunos (a escrita original foi mantida):

*Resposta 1:*

*A mala é falsa – Felipe Araujo: A letra da música inferioriza o valor da mulher, ela não tem que satisfazer os desejos sexuais de seu marido a hora que ele quer e não depende só dela para o relacionamento ir em frente, os dois devem andar juntos. A mulher não deve ser julgada e diminuída por nenhum homem. (Resposta de um aluno)*

*Resposta 2:*

*Aí que saudade da Amélia – Mário Lago: Eu diria ao compositor que a mulher não tem obrigação de ser “Amélia”, a mulher tem a liberdade de ser quem ela quiser. Sendo vaidosa, ou não, fazendo os afazeres da casa ou não, ela é mulher. Não é obrigação da mulher fazer tarefas de casa, pois, um relacionamento não envolve apenas uma pessoas, assim as tarefas podem ser divididas, ou, até mesmo, serem feitas pelo homem. (Resposta de uma aluna)*

*Resposta 3:*

*Ela é amiga da minha mulher – Seu Jorge: Seu Jorge, o senhor fez muitas músicas boas, e te parableno por isso, porém há uma que falta com respeito as mulheres em um todo, isso é um problema muito grave , já que todos nós viemos de uma mulher, que por ser um ser humano, merece muito respeito. (Resposta de um aluno)*

*Resposta 4*

*As mina pira – Fernando e Sorocaba: Ao observar a letra da musica citada acima notei o quão machista é, mulheres não são objetos e deveriam ser respeitadas, ao invés disso a musica demonstra ser correto abusar das mulheres por estarem bêbadas. Achei ridículo. (Resposta de uma aluna)*

*Resposta 5*

*Loira Burra – Gabriel o Pensador: A ideia de que por uma mulher ser bonita, não será inteligente é totalmente ofensiva, este compositor ridicularizou principalmente mulheres loiras, associando esta característica à burrice e falta de conhecimento. Durante a musica foi dito que a mulher é apenas um objeto, e que basicamente só serve para atos sexuais, vulgarizando assim a imagem das mesmas, um completo absurdo. (Resposta de um aluno)*

### 5.5.6 Discurso de valorização às mulheres

Nesta etapa, foi solicitado aos alunos que pesquisassem uma contrarresposta às letras de músicas anteriores, trazendo para a aula textos que expressassem uma valorização da mulher. O objetivo dessa atividade foi levar os discentes a perceberem que embora o machismo e a inferiorização da mulher seja algo presente em nosso meio, existem também aqueles que assumem um perfil contrário, valorizando e elevando a moral da mulher. Assim, em grupos, e no tempo de uma aula de 50 minutos, os alunos apresentaram à turma vários textos que foram escolhidos por eles, entre os quais:

- Pagu (Composição e interpretação: Rita Lee) – Texto escolhido por alunos da 1ª série do Ensino Médio:

Mexo, remexo na inquisição  
Só quem já morreu na fogueira  
Sabe o que é ser carvão  
Hum! Hum!

Eu sou pau pra toda obra  
Deus dá asas à minha cobra  
Hum! Hum! Hum! Hum!  
Minha força não é bruta  
Não sou freira, nem sou puta

Porque nem toda feiticeira é corcunda  
Nem toda brasileira é bunda  
Meu peito não é de silicone  
Sou mais macho que muito homem

[...]

Sou rainha do meu tanque  
Sou Pagu indignada no palanque  
Hanhan! Ah! Hanran!  
Fama de porra louca, tudo bem!  
Minha mãe é Maria Ninguém  
Hanhan! Ah! Hanran! [...] (Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rita-lee/81651/>. Acesso em 23 nov. 2019).

O grupo que apresentou essa letra relacionou a primeira estrofe com o fato de a Igreja Católica ter assassinado milhares de mulheres durante a Inquisição. Os alunos afirmaram ter conhecido esse fato através das aulas de história e de literatura. Contudo, disseram não saber o significado do nome “Pagu”, então se solicitou que um dos alunos usasse o celular para pesquisar e que, em seguida,

lesse para a turma um trecho da biografia de Pagu<sup>25</sup>, diante disso, todos demonstraram compreender por que Rita Lee escolheu esse nome como título da música.

- Meu nome é mulher (Autor desconhecido) Texto escolhido por alunos do 9º ano do Ensino Fundamental:

:

No princípio eu era a Eva  
 Criada para a felicidade de Adão  
 Mais tarde fui Maria  
 Dando à luz aquele  
 Que traria a salvação  
 Mas isso não bastaria  
 Para eu encontrar perdão.  
 Passei a ser Amélia  
 A mulher de verdade  
 Para a sociedade  
 Não tinha a menor vaidade  
 Mas sonhava com a igualdade.  
 Muito tempo depois decidi:  
 Não dá mais!  
 Quero minha dignidade  
 Tenho meus ideais!  
 Hoje não sou só esposa ou filha  
 Sou pai, mãe, arrimo de família  
 Sou caminhoneira, taxista,  
 Piloto de avião, policial feminina,  
 Operária em construção...  
 Ao mundo peço licença  
 Para atuar onde quiser  
 Meu sobrenome é COMPETÊNCIA  
 E meu nome é MULHER...!!! (Disponível em:  
<https://www.pensador.com/frase/MTQ0MzY5Mw/>, Acesso em 23 nov. 2019).

O grupo que escolheu esse texto relatou conhecer várias mulheres que são arrimos de família, inclusive algumas mães dos próprios alunos participantes da pesquisa. Por isso escolheram esse texto para compartilhar, expressando que, embora a

---

<sup>25</sup> Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), conhecida como Pagu, nasceu em São João da Boa Vista, em São Paulo, no dia 9 de junho de 1910. Filha de uma tradicional família paulista, comportava-se fora dos padrões da época, fumava na rua, falava palavrões e usava roupas pouco convencionais. Foi uma escritora, jornalista, produtora cultural e militante política brasileira. Foi a primeira mulher brasileira a ser presa política no século XX. Em 1928 conhece o casal Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que haviam fundado o Movimento Antropófago, e se integra a esse Movimento. Em 1930, causa um escândalo na sociedade conservadora da época, quando Oswald de Andrade se separa de Tarsila e passa a viver com Pagu, grávida de seu primeiro filho. Em 1933 Pagu publica “Parque Industrial”, sob o pseudônimo de Mara Lobo. A obra é uma narrativa urbana sobre a vida das operárias da cidade de São Paulo (Disponível em: <https://www.ebiografia.com/pagu/>. Acesso em 23 nov. 2019).

mulher seja tachada como sexo frágil, na verdade, o que se nota ao longo dos tempos é uma força impressionante que emana de mulheres, que sempre tiveram que lutar por seus direitos muitas vezes para sustentarem financeiramente suas famílias.

### **5.5.7 E agora, o que você sabe e pensa sobre a violência contra a mulher?**

Ao iniciarmos as aplicações dessas atividades de práticas de leitura e escrita, os alunos produziram um artigo de opinião cujo tema era “Quais as causas da violência contra a mulher no Brasil e o que pode ser feito para diminuí-la?”. Nesta etapa, em uma aula de 50 minutos, os educandos receberam seus artigos de opinião para que o reescrevessem, conforme quisessem mudar o conteúdo que já havia sido produzido, a partir dos conhecimentos adquiridos durante a realização desta pesquisa. Nos textos recebidos, não foram feitas intervenções da professora e a sua reescrita dependia da vontade dos alunos. Cabe ressaltar que, embora não tenham sido feitas intervenções nos textos, alguns alunos foram indagados oralmente sobre algumas coisas que escreveram ou deixaram de escrever em suas primeiras produções, para que assim pudéssemos coletar dados que foram relatados na primeira etapa da aplicação dessas atividades.

Observou-se que apenas 3 educandos participantes (2 da 1ª série e 1 do 9º ano) não reescreveram suas redações, já o restante fez a reescrita, extraindo ou acrescentando alguma informação, mesmo tendo sido dito que a reescrita não era obrigatória, caso não quisessem modificar o conteúdo produzido. O objetivo desta fase foi medir o avanço ou não que os alunos obtiveram ao longo deste trabalho, sendo a escrita o veículo que escolhemos para fazer essa medição. Aproveitamos a prática da reescrita para que as duas produções feitas pelos educandos – antes e depois das discussões em sala de aula – fossem comparadas. Alguns trechos dos textos produzidos que permitem a percepção dos resultados foram (cabe ressaltar que a escrita original foi mantida):

*Texto 1:*

*A violência contra a mulher se apresenta de várias formas, sendo elas física ou verbal.*

*Reescrita:*

*A violência contra a mulher pode se apresentar de várias formas, como física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. (Texto de uma aluna do 9º ano.*

*Texto 2:*

*As pessoas precisam ser mais educadas com as mulheres e respeitá-las.*

*Reescrita:*

*Como fala o filósofo Emmanuel Kant “O ser humano é aquilo que a educação faz dele”, se educarmos nossos filhos e alunos para serem homens melhores, estaremos mudando o seu jeito de pensar e conseqüentemente suas atitudes com as mulheres serão melhores também. (Texto de um aluno da 1ª série.*

*Texto 3:*

*Nos tempos atuais, existem muitos homens machistas que se acham superiores a mulheres.*

*Reescrita:*

*Nos tempos atuais ainda prevalece uma sociedade machista, machismo esse que além de ser praticado por homens, também pode aparecer nos discursos de algumas mulheres que usam frases machistas no seu dia a dia. (Texto de um aluno do 9º ano).*

*Texto 4:*

*Muitas das vezes a mulher é violentada por seu próprio companheiro (marido, namorado...).*

*Reescrita:*

*Devemos saber que a violência contra a mulher não acontece só com o seu companheiro de relacionamento, pode ser por um pai, tio, irmão, avô. (Texto de uma aluna da 1ª série).*

Percebemos que os alunos evoluíram quanto ao nível dos conhecimentos que tinham acerca da violência contra a mulher, passando a emitirem opiniões mais concretas e consistentes quanto aos tipos de violência de gênero e suas causas e sobre as maneiras como esses tipos podem ser praticados. Além disso, notou-se que os educandos passaram a relacionar o machismo a outros tipos de violência sofridos pelas mulheres, constatando que o machismo possui uma base educacional, seja no âmbito familiar ou escolar, e que, portanto, a educação é capaz de diminuí-lo.

Após a primeira reescrita feita pelos alunos, fizemos inferências nos artigos de opinião produzidos, sugerindo algumas correções dos aspectos textuais empregados, com o objetivo de proporcionar aos educandos uma melhor desenvoltura comunicativa, no que diz respeito à escrita. Amparados por Geraldini (2012), além de observar as questões sintáticas e morfológicas empregadas pelos alunos, levamos em conta a clareza, a objetividade e a fidelidade aos fatos. A partir

de então, em duas aulas geminadas de 50 minutos, os alunos fizeram a reescrita final de seus textos, usando dicionário e consultando a professora.

Por fim, para que os textos produzidos pudessem circular e serem compartilhados, organizamos um mural em ambas as escolas, como seguinte título: “O que você sabe e pensa sobre a violência contra a mulher? Veja a opinião dos nossos alunos”. Assim, destacamos trechos relevantes dos textos produzidos pelos educandos e anexamos ao mural, com o nome dos respectivos autores, os quais autorizaram essa publicação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dias, várias mulheres são agredidas em nosso país. Segundo o Atlas da violência publicado em 2019<sup>26</sup>, o assassinato de mulheres cresceu 30% na última década e, atualmente, uma média de 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil.

Em 2017, a médica Milena Gottardi foi assassinada em frente ao hospital onde trabalhava, em Vitória-ES e, embora sua morte ainda não tenha sido julgada, há fortes indícios de que o ex-marido e o ex-sogro de Milena, que estão presos aguardando julgamento, tenham sido os mandantes do crime. A médica tinha duas filhas pequenas, separou-se em abril e foi assassinada em setembro. Como vinha sendo ameaçada pelo ex-companheiro, Milena escreveu uma carta à mão, relatando o comportamento violento e obsessivo que a fez se separar do marido; as ameaças que vinha sofrendo; o amor que tinha pelas filhas, falando inclusive diretamente a elas; e o desejo de que, em sua ausência, seu irmão ficasse com a guarda das duas meninas. Precavida, Milena registrou tudo em cartório e entregou a uma amiga. Após a médica ter sido assassinada, a carta veio à tona (Informação disponível em [www.agazeta.com.br](http://www.agazeta.com.br). Acesso em: 19 dez. 2019).

O caso de Milena é um exemplo de como as mulheres muitas vezes estão fadadas à violência. Ela sabia o que estava por vir e, por isso, organizou sua vida e a de suas filhas. Uma medida protetiva<sup>27</sup> não teria resguardado a médica, já que seu ex-companheiro, segundo suspeita a polícia, pagou outras pessoas para que a matassem. Continuar casada também não a protegeria, já que a médica relata em sua carta que o ex-marido era violento. Fugir não a libertaria, já que, abdicando de sua vida, continuaria a viver numa prisão.

---

<sup>26</sup> Informação disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/assassinato-de-mulheres-feminicidio-brasil/>. Acesso em 19 dez. 2019.

<sup>27</sup> As medidas protetivas são mecanismos legais que têm como objetivo proteger um indivíduo em situação de risco. O caso mais comum de medida protetiva é da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que visa proteger mulheres, vítimas de violência familiar e doméstica de serem agredidas novamente (JUSBRASIL, 2019).

Milena é uma entre muitas. Inúmeras mulheres têm sido assassinadas. Muitas têm sido apontadas como culpadas pela agressão sofrida; há quem diga ainda: “mas vai saber o que ela fez para apanhar”. Muitas têm sido julgadas por não se separarem de seus companheiros agressores; os que julgam, desmerecem o medo ou a situação financeira da mulher que é vítima. Várias são as que se separam, denunciam seus companheiros e mesmo assim acabam morrendo.

A lei Maria da Penha, que é o principal mecanismo legal de defesa das mulheres no Brasil, não tem sido plenamente eficaz. Machistas e violentos, muitos homens não têm medo da justiça e, achando-se donos de suas companheiras, enxergando-as como objetos, matam-nas todos os dias. Diante disso, estamos convencidos de que se a própria lei não tem sido capaz de combater esse cenário de violência contra a mulher, o qual é considerado pela ONU (2018) como uma pandemia mundial, somente a educação será capaz de fazê-lo ou, pelo menos, de amenizá-lo. E é por isso que nesta pesquisa, ao abordarmos a formação do leitor crítico, optamos por ancorarmo-nos na questão da violência de gênero.

Quando escolhemos desenvolver uma pesquisa sobre a formação do leitor crítico, inspirados em Freire (1990), compreendemos que para tanto seria necessário incorporar um papel político e engajado, preocupado com questões sociais que de fato afetassem a vida de nossos alunos, de modo a motivá-los a também acionarem seu papel político e engajado. É inegável que a violência de gênero seja um assunto cuja reflexão e debate se faz urgente, afinal, sem meias palavras, nossas alunas podem ser as próximas a serem mortas e nossos alunos podem ser os potenciais assassinos.

Dessa forma, nosso caderno de atividades de práticas de leitura e escrita objetiva levar nossos alunos e alunas a problematizarem a violência de gênero, fazendo com que reflitam e questionem os padrões machista e sexistas que lhes foram ensinados desde sempre. Acreditamos que o combate a essa educação sexista, por meio de uma perspectiva igualitária, seja uma das principais chaves para diminuir o machismo e, portando, a violência contra a mulher.

Ao desenvolvermos as atividades de práticas de leitura e de escrita propostas nesta dissertação, verificamos que é possível promover em nossos alunos um pensamento crítico e questionador, o qual emane de uma leitura engajada e pretensiosa.

Segundo Freire (2000, p. 67), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda”, por isso, acreditamos que a educação seja um mecanismo capaz de nos ajudar a superar nossas mazelas e a modificar a realidade que nos aflige. No que diz respeito à violência de gênero, é preciso incentivar nossos alunos a pensá-la criticamente, para que não a vejam como corriqueira, e do contrário, sintam-se aflitos com ela. Acreditamos que o reconhecimento de nossas amarras seja um dos primeiros passos para nossa libertação.

## REFERÊNCIAS

ABRELIVROS. **Base é currículo? 18 perguntas e respostas sobre a BNCC do Ensino Fundamental.** Disponível em:

<<http://abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/8556-base-e-curriculo-18-perguntas-e-respostas-sobre-a-bncc-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 28 out. 2019.

A GAZETA. **Mapa detalha os crimes violentos contra as mulheres no Espírito Santo.** Disponível em:

<[https://www.gazetaonline.com.br/cbn\\_vitoria/reportagens/2019/03/mapadetalha-os-crimes-violentos-contra-as-mulheres-no-espírito-santo-1014173412.html](https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2019/03/mapadetalha-os-crimes-violentos-contra-as-mulheres-no-espírito-santo-1014173412.html)>. Acesso em: 27 set. 2019.

A GAZETA. **Caso Milena Gottardi:** Hilário e mais cinco vão a júri popular. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/caso-milena-gottardi-hilario-e-mais-cinco-va-a-juri-popular-0818>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

A GAZETA. **Mapa detalha os crimes violentos contra as mulheres no Espírito Santo.** Disponível em:

<[https://www.gazetaonline.com.br/cbn\\_vitoria/reportagens/2019/03/mapa-detalha-os-crimes-violentos-contra-as-mulheres-no-espírito-santo-1014173412.html](https://www.gazetaonline.com.br/cbn_vitoria/reportagens/2019/03/mapa-detalha-os-crimes-violentos-contra-as-mulheres-no-espírito-santo-1014173412.html)>. Acesso em 03 set. 2019.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Sobre a violência contra as mulheres.** Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/category/violencia/violencia-domestica/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

ANGELIN, Rosângela. **A caça às bruxas:** uma interpretação feminista. Revista Espaço Acadêmico, n. 53, out, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Disponível em: <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348)>. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília. MEC. 2018.

BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa, 1º e 2º Ciclos do Ensino fundamental.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BOSCO, Francisco. **A vítima tem sempre razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRITTO, Luiz Percival Leme. No lugar da leitura – Biblioteca e formação [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Edições Brasil Literário, 2016. Recurso digital.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa Família, O programa busca garantir as famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde**. Disponível em: [≤http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>](http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx). Acesso em: 13 dez. 2019.

CANTÃO, Amarilza Paulo de Souza Roque. **Amarilza Paulo de Souza Roque Cantão**: depoimento [set. 2019]. Entrevistadora: Isis Gabrielli Secato. Vitória: Ifes, 2020. Arquivo de Áudio (1 min.). Entrevista concedida para composição da dissertação de mestrado “Em violência contra a mulher, a gente mete a colher: a leitura crítica como um mecanismo de problematização da violência de gênero” .

CARTA CAPITAL. **Pela terceira vez, Bolsonaro é condenado a indenizar Maria do Rosário**. Disponível em: [≤https://www.cartacapital.com.br/politica/pela-terceira-vez-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario/>](https://www.cartacapital.com.br/politica/pela-terceira-vez-bolsonaro-e-condenado-a-indenizar-maria-do-rosario/). Acesso em: 19 nov. 2019.

CEREJA, William Roberto; Magalhães; Thereza Cochar. **Português Linguagens**. 9 ed. Reform. 9º ano— São Paulo: Saraiva, 2015.

CEREJA, William Roberto; Magalhães; Thereza Cochar. **Português Linguagens**. 9 ed. Reform. 1º ano— São Paulo: Saraiva, 2015.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **O que é o crime de importunação sexual?** Disponível em: [<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-o-crime-de-importunacao-sexual/>](https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-o-crime-de-importunacao-sexual/). Acesso em: 18 dez. 2019.

EBIOGRAFIA. **Pagu, escritora brasileira**. Disponível em: [≤https://www.ebiografia.com/pagu/>](https://www.ebiografia.com/pagu/). Acesso em: 17 dez. 2019.

ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. Artigo elaborado para o Ipea, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [≤http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215\\_tema\\_d\\_a\\_violencia\\_contra\\_mulher.pdf>](http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf). Acesso em: 09 set. 2019.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Centenário de Mandela**: as frases mais famosas e marcantes do líder sul-africano. Disponível em: [<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/07/centenario-de-mandela-frases-mais-famosas-e-marcantes-do-lider-sul-africano.html.com>](https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/07/centenario-de-mandela-frases-mais-famosas-e-marcantes-do-lider-sul-africano.html.com). Acesso em: 19 dez. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Mulher é assassinada a facadas quando chegava para trabalhar; ex é suspeito.** Disponível em:

≤[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/13/interna\\_gerais,1085008/mulher-e-assassinada-a-facadas-quando-chegava-para-trabalhar-ex-e-sus.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/13/interna_gerais,1085008/mulher-e-assassinada-a-facadas-quando-chegava-para-trabalhar-ex-e-sus.shtml)>. Acesso em: 01 out. 2019.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Mulher é estuprada por cinco homens em 'matadouro'.** Disponível em:

≤[https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/10/14/interna\\_nacional,1092704/mulher-e-estuprada-por-cinco-homens-em-matadouro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2019/10/14/interna_nacional,1092704/mulher-e-estuprada-por-cinco-homens-em-matadouro.shtml)>. Acesso em: 01 out. 2019.

EXAME. **Mulheres trabalham 72% a mais do que homens em tarefas**

**domésticas.** Disponível em: ≤<https://exame.abril.com.br/brasil/mulheres-trabalham-73-a-mais-do-que-homens-em-tarefas-omesticas>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

EXAME. **Os estados em que a mulher corre mais perigo – ES é o pior.**

Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/espírito-santo-e-o-estado-brasileiro-que-mais-mata-mulheres/>. Acesso em: 11 set. 2019.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Violência contra as mulheres vem**

**crecendo no Brasil.** Disponível em: ≤<https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-vem-crecendo-no-brasil>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

Folha Vitória. **Espírito Santo registra, em média, 42 casos de violência contra mulheres diariamente.** Disponível em:

≤<https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/11/2018/espírito-santo-registra-em-media-42-casos-de-violencia-contra-mulheres-diariamente>>. Acesso em: 16 de fev. de 2019.

FOLHA VITÓRIA. **Corpo de mulher assassinada na frente da filha de 4 anos é velado em Cariacica.** Disponível em:

≤<https://www.folhavoria.com.br/polícia/noticia/09/2019/corpo-de-mulher-assassinada-na-frente-da-filha-de-4-anos-e-velado-em-cariacica>>. Acesso em: 01 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez: Autores Associados; 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessário à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança.** Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. — notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. 1 ed. São Paulo: Editora: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 64. ed. — Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAZETA DO POVO. **Assassinato de mulheres cresce 30% em dez anos:** país tem média de 13 mortes por dia. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/assassinato-de-mulheres-feminicidio-brasil/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1. **Mulher é amordaçada, amarrada e estuprada com pedaços de madeira.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santacatarina/noticia/2013/01/mulher-e-amordaca-amarrada-e-estuprada-com-pedacos-de-madeira.html>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

G1. **Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/para-585-comportamento-feminino-influencia-estupros-diz-pesquisa.html>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

G1. **Ele era muito machista, diz filho de comerciante queimada viva pelo ex-namorado em Campinas.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/02/28/ele-era-muito-machista-diz-filho-de-comerciante-queimada-viva-pelo-ex-namorado-em-campinas.ghtml>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

G1. **Mulher é morta a tiros dentro de casa, em Vila Velha, ES.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/08/18/mulher-e-morta-a-tiros-dentro-de-casa-em-vila-velha-es.ghtml>>. Acesso em: 01 out. 2019.

G1. **Mulher é assassinada com tiro no rosto em Goiás; ex-namorado é o principal suspeito.** Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-polícia/mulher-assassinada-com-tiro-no-rosto-em-goias-ex-namorado-o-principal-suspeito-24017273.html>>. Acesso em: 01 out. 2019.

G1. **Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil, diz pesquisa.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/02/26/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-a-cada-hora-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 01 out. 2019.

G1. **No Brasil, uma mulher é morta a cada duas horas vítima da violência.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/08/no-brasil-uma-mulher-e-morta-a-cada-duas-horas-vitima-da-violencia.ghtml>>. Acesso em: 11 nov 2019.

G1. **Não é não:** campanha contra o assédio no carnaval distribui 'tatuagens' para as mulheres. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/carnaval/2018/noticia/nao-e-nao-campanha-contra-o-assedio-no-carnaval-distribui-tatuagens-para-as-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1. **Caso Araceli completa 44 anos e mistério sobre a morte permanece no ES.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/caso-araceli-completa-44-anos-e-misterio-sobre-a-morte-permanece-no-es.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1. **Desaparecimento de menina Thayna, morta no ES, completa um ano.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2018/10/17/desaparecimento-de-menina-thayna-morta-no-es-completa-um-ano.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1. **Caso Tatiane Spitzner:** Justiça define que marido, Luís Felipe Manvailer, vai a júri popular. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2019/05/17/caso-tatiane-spitzner-justica-define-que-marido-luis-felipe-manvailer-vai-a-juri-popular.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

G1. **Mais de 500 mulheres são agredidas a cada hora no Brasil, diz pesquisa.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/02/26/mais-de-500-mulheres-sao-agredidas-a-cada-hora-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 22 dez. 2019.

G1. **Professora é morta a tiros dentro de casa em Linhares; ex é suspeito.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2019/07/31/professora-e-morta-a-tiros-dentro-de-casa-em-linhares-ex-e-suspeito.ghtml>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

GAUCHAZH. **Mulher grávida torturada até a morte havia registrado ocorrência contra o companheiro.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/10/mulher-gravida-torturada-ate-a-morte-havia-registrado-ocorrencia-contra-o-companheiro-cjng4egxf06g701rx4ek6sap.html>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

GEIGER. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula.** São Paulo: Anglo, 2012.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem.** 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. (Coleção Linguagem).

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOVERNO DO ES. **PC apresenta projeto “Homem que é Homem” para sete prefeituras.** Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/pc-apresenta-projeto-homem-que-e-homem-para-sete-prefeituras>>. Acesso em: 12 set. 2019.

IBGE - Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Brasil/ Espírito Santo/ Bahia.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/montanha/panorama>>. Acesso em: 17 de fev. de 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha.** Disponível em <<http://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>>. Acesso em: 13 set. 2019.

INSTITUTO PRÓ LIVRO. **44% dos brasileiros não leem; saiba como incentivar a leitura em casa.** São Paulo: 2018. Disponível em: <<http://prolivro.org.br/home/ipl-na-midia/clipping/8566-44-dos-brasileiros-nao-leem-saiba-como-incentivar-a-leitura-em-casa-12-5-18>>. Acesso em: 29 set. 2019.

JUSBRASIL. **Violência contra a mulher**: o que são as medidas protetivas de urgência? Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/2000358/medidas-protetivas-de-urgencia/artigos>. Acesso em: 18 dez. 2019.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda C.; MEDEIROS, Carlos H. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

(LAPVIM) Laboratório de Pesquisas sobre a Violência contra a Mulher. **LAPVIM-ES participa de reunião da Frente Parlamentar em Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Violência Familiar**. Disponível em: <<http://lapvim.ufes.br/conteudo/lapvim-es-participa-de-reuni%C3%A3o-da-frente-parlamentar-em-defesa-da-mulher-v%C3%ADtima-de>>. Acesso em: 15 set. 2019.

LETRAS. **Aí que saudade da Amélia**. Disponível em: <<https://www.lettras.com/mario-lago/377002/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LETRAS. **A mala é falsa**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/felipe-araujo/a-mala-e-falsa-amor/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

LETRAS. **As mina pira**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/fernando-sorocaba/as-mina-pira/>>. Acesso em: 12 out 2019.

LETRAS. **Dona Gigi**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/os-cacadores/395648/>>. Acesso em: 12 out 2019.

LETRAS. **Ela é amiga da minha mulher**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/seu-jorge/1927506/>>. Acesso em: 12 out 2019.

LETRAS. **Lôraburra**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/gabriel-pensador/116215/>>. Acesso em: 12 out 2019.

LETRAS. **Pagu**. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/rita-lee/81651/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LUCKESI, C.; COSMA, J.; BAPTISTA, N. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIDIAMAX. **Mulher tem cabelos arrancados depois de pedir para marido levá-la ao mercado**. Disponível em: <<https://www.midiamax.com.br/policia/2016/mulher-tem-cabelos-arrancados-depois-de-pedir-para-marido-leva-la-ao-mercado>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MONTANHA/ES. **Cartilha da Coordenadoria Municipal da Mulher**. Material impresso: Prefeitura Municipal de Montanha, no endereço Praça Osvaldo Lopes - Centro - Montanha-ES - CEP 29890-000. Motanha/ES, 2019.

MONTANHA/ES. **Lei nº 010/2019 – Programa Lei Maria da Penha vai à Escola.** 2019, Montanha/ES.

MOVIMENTO MULHER 360. **Pesquisa afirma que o preconceito mais praticado no Brasil é o machismo.** Disponível em:

[≤https://movimentomulher360.com.br/2017/10/pesquisa-afirma-que-o-preconceito-mais-praticado-brasil-machismo/](https://movimentomulher360.com.br/2017/10/pesquisa-afirma-que-o-preconceito-mais-praticado-brasil-machismo/)>. Acesso em: 21 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Violência contra as mulheres é ‘pandemia global’, diz chefe da ONU.** Disponível em: [≤https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/](https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/)>. Acesso em: 02 ago. 2019.

NOVA ESCOLA. **Entenda o “novo” projeto do Escola Sem Partido que tramita na Câmara.** Disponível em: [≤https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara](https://novaescola.org.br/conteudo/15818/entenda-o-novo-projeto-do-escola-sem-partido-que-tramita-na-camara)>. Acesso em: 21 out. 2019.

O GLOBO. **Governo recebeu quase 73 mil denúncias de violência contra mulher no primeiro semestre.** Disponível em:

[≤https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-recebeu-quase-73-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-no-primeiro-semester-22955542](https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-recebeu-quase-73-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-no-primeiro-semester-22955542)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

OLIVEIRA, Fabiana Moulin Antunes. **Fabiana Moulin Antunes Oliveira:** depoimento [set. 2019]. Entrevistadora: Isis GabrielliSecato. Vitória: Ifes, 2020. Arquivo de Áudio (15 min.). Entrevista concedida para composição da dissertação de mestrado “Em violência contra a mulher, a gente mete a colher: a leitura crítica como um mecanismo de problematização da violência de gênero” .

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5 ed. Campinas: Pontes, 2003.

PASSOS, Camila Tardin Mariano. **Camila Tardin Mariano Passos:** depoimento [set. 2019]. Entrevistadora: Isis GabrielliSecato. Vitória: Ifes, 2020. Arquivo de Áudio (30 min.). Entrevista concedida para composição da dissertação de mestrado “Em violência contra a mulher, a gente mete a colher: a leitura crítica como um mecanismo de problematização da violência de gênero” .

PENSADOR. **Meu nome é mulher.** Disponível em:

[≤https://www.pensador.com/frase/MTQ0MzY5Mw/](https://www.pensador.com/frase/MTQ0MzY5Mw/)>. Acesso em: 23 nov. 2019.

PIMENTA, S. G.; FRANCO, M. A. S. (Orgs.). **Pesquisa em educação:** possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação.v. 2. São Paulo: Loyola, 2008.

PORTAL CORREIO. **Adolescente é encontrada morta e com um seio arrancado, na Grande João Pessoa.** Disponível em: [<https://portalcorreio.com.br/adolescente-e-encontrada-morta-e-com-um-seio-arrancado-na-grande-joao-pessoa/](https://portalcorreio.com.br/adolescente-e-encontrada-morta-e-com-um-seio-arrancado-na-grande-joao-pessoa/)>. Acesso em: 02 mar. 2019.

SILVA, José Ezequiel Theodoro da. **Concepções de leitura e suas consequências no ensino.**v. 17. Florianópolis: Perpectiva, 1999.

STRECK, D.R; REDIN, E.; ZITKOSKI, J.J. **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed., ver. Amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Artigo 13. Liberdade de pensamento e de expressão. Disponível em:

[≤http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudencialInternacional/anexo/Artigo13.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudencialInternacional/anexo/Artigo13.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2019.

TOLUNA INFLUENCERS. **Viver sem ler é um perigo...Te obriga a acreditar no que dizem...**Disponível em: <<https://br.toluna.com/opinions/3790387/Viver-sem-ler-%C3%A9-perigoso...-Te-obriga-a-crer-no-que-te>>. Acesso em: 28 set. 2019.

TARDELLI, L.S.A.; et al. **Português – Vozes do Mundo 3**: literatura, língua e produção de texto. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

## APÊNDICE A – Pesquisa sobre leitores e não leitores



Pesquisa para a composição da dissertação de mestrado “A leitura crítica como mecanismo de problematização da violência contra a mulher” da pesquisadora Isis GabrielliSecato, aluna do Mestrado Profissional em Letras do Ifes, Campus Vitória, turma de 2018.

1) Quantos livros inteiros ou em partes você leu nos últimos três meses, ou seja, desde de 30 de julho de 2019. Considera-se “em partes”, mais da metade do livro:

- a) ( ) Nenhum
- b) ( ) Um
- c) ( ) Mais de um

## APÊNDICE B– Termo de assentimento



Eu, \_\_\_\_\_, de número de CPF \_\_\_\_\_, responsável pelo aluno(a) \_\_\_\_\_, matrícula \_\_\_\_\_ do curso de \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_ ano do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Montanha autorizo a participação desse educando na pesquisa “A leitura crítica como mecanismo de problematização da violência de gênero” – do Mestrado Profissional em Letras – Profletras, campus Vitória”, conduzida pela pesquisadora Isis GabrielliSecato, a qual realizará a pesquisa no campus Montanha. Entendo que neste estudo o aluno irá realizar atividades de práticas de leitura e escrita dentro e fora da escola com o objetivo de debater, refletir e formar opiniões acerca do tema “violência contra a mulher”, de modo que a partir de então, consiga posicionar-se criticamente e levar tais posicionamentos ao conhecimento de outros alunos, sendo eles do nono ano do ensino fundamental da Escola Professor Eupídio Campos de Oliveira (Escola Viva de Montanha/ES). Sei que poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, para obter informações específicas sobre a aprovação deste projeto ou qualquer outra informação que for necessária através do e-mail [ética.pesquisa@ifes.edu.br](mailto:ética.pesquisa@ifes.edu.br) ou pelo telefone (27) 33577518, bem como com a pesquisadora na Diretoria de Ensino do Campus Vitória ou pelo telefone (27) 3754-3950. Ficam claros para mim que embora mínimos sempre há a possibilidade de pequenos riscos ao participar da pesquisa bem como o desagrado com algo que alguém diga ou faça. Também tenho ciência de que a pesquisa pode trazer inúmeros benefícios para o aluno, para a escola e para a sociedade. Sei também que há garantia de que as informações e o uso de imagens (caso necessário) desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do aluno.

Montanha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**APÊNDICE C** – Transcrição da Entrevista concedida pela advogada Camila Tardin Mariano Passos.

**Entrevistadora:** Qual seu nome completo e qual sua função aqui na prefeitura de Montanha?

**Camila:** Camila Tardin Mariano Passos. Além de ser assessora jurídica aqui na prefeitura, sou membro da Comissão da Mulher Advogada da 15ª Subseção.

**Entrevistadora:** Qual Seu registro profissional?

**Camila:**20018

**Entrevistadora:**Explique do que se trata o trabalho que vocês desenvolvem com mulheres.

**Camila:** Desde julho nós temos um Programa de Governo chamado “Coordenadoria Municipal da Mulher”, no *instagram* chamamos de Montanha com Elas. A Coordenadoria atua por meio de uma câmara técnica de voluntários, que é composta pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Saúde da Mulher, Conselho Municipal da Mulher e Polícia Civil.

**Entrevistadora:**Sei que foi você quem idealizou esse projeto. Qual foi sua motivação?

**Camila:**Foi a convivência com clientes vítimas de violência doméstica, em minha atuação como advogada particular.Aqui em Montanha existem 188 ações penais tramitando em função de casos de violência doméstica, mas o CREAS atende apenas 6 mulheres. Tem muita baixa notificação de casos de violência contra a mulher na delegacia, porque as mulheres se sentem culpadas e acabam não denunciando, e também porque existe despreparo e machismo da polícia.

**Entrevistadora:**Como foi o apoio da prefeitura ao projeto?

**Camila:**A prefeita apoiou bastante, pois também era um anseio dela.

**Entrevistadora:**Qual a principal intenção do projeto?

**Camilia:**Sensibilizar a sociedade de Montanha para o problema da violência contra a mulher, pois aqui é uma cidade extremamente machista e patriarcal. Sei disso pois moro aqui desde pequena.

**Entrevistadora:**De que forma esse programa é desenvolvido?

**Camilia:**Através de algumas ações pontuais. Até agora, temos programado:

- 05 de setembro de 2019: Roda de conversa sobre “A construção do Ser Mulher e da Violência de Gênero” e “Direitos Humanos das Mulheres”, no Teatro Municipal de Montanha/ES;
- 13 de setembro de 2019: *Workshop* Defesa Pessoal para Mulheres, no Projeto Vida, Montanha/ES;
- 10 de Outubro de 2019: Dia de ação com ensinamentos sobre empreendedorismo: “Elas empreendem: O Empreendedorismo e o Rompimento do Ciclo de Violência” no CRAS de Montanha/ES;
- 24 de Outubro de 2019: Ação da Polícia Civil de Conscientização aos homens: “Homem que é Homem” no CRAS de Montanha/ES;
- 14 de Novembro de 2019: Palestra e roda de conversa: “Por que a mulher negra incomoda?” no CRAS de Montanha/ES;
- E em 07 de Novembro de 2019: Roda de conversa: “A invisibilidade da trabalhadora rural” no Mercado Municipal de Montanha/ES.

**Entrevistadora:**E com os homens agressores, vocês desenvolvem algum programa?

**Camila:**Sim.Em parceria com a Polícia Civil nós desenvolvemos um programa de recuperação e reeducação do homem abusador. O nome do programa é “Homem que é Homem”.

**Entrevistadora:**Como é feita a conscientização do público?

**Camila:**Além das ações que já comentei, nós apresentamos uma cartilha elaborada com o intuito de conscientizar as mulheres e ajudá-las a identificar se estão sendo vítimas de violência de gênero.

**Entrevistadora:**Vocês fazem algum atendimento presencial às mulheres?

**Camila:** Sim. Eu mesma, em meu expediente fico a disposição para ouvir e acolher as mulheres. Esse dias, recebi umas mulheres de São Sebastião que me pediram ajuda explicando que lá as mulheres apanham no meio da rua. Aí eu e minha equipe solicitamos nas escolas uma convocação das famílias que recebem o Bolsa Família e fizemos uma reunião. Depois disso, levamos pra lá algumas das ações desenvolvidas em Montanha.

**Entrevistadora:** Há outras formas de atendimento às mulheres?

**Camila:** Sim. As mulheres recebem a cartilha com os telefones dos canais de ajuda. Quando elas entram em contato, primeiro são orientadas a registrarem um boletim de ocorrência. Mesmo que esse boletim não seja feito, a mulher recebe atendimento nesses órgãos, com acompanhamento psicológico e jurídico gratuitos.

**Entrevistadora:** Além das ações que você citou, vocês estão preparando outras para o ano que vem?

**Camila:** Sim. Nosso sonho era criar uma casa de acolhimento, mas isso é inviável, porque não é possível a gente garantir a segurança dessas mulheres. Temos pensado em outra proposta de auxílio, que seria o pagamento de aluguel social, mas isso envolveria outras demandas, como por exemplo, o de pagamento de algum outro auxílio, mas a receita atual de Montanha não dá conta disso. Ainda estamos planejando o ano que vem, mas o benefício do aluguel social vai ficar de fora.

**Entrevistadora:** E no âmbito da educação, vocês desenvolvem alguma campanha?

**Camila:** Sim. Nós criamos o projeto de lei nº 010/2019, que obriga o ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas municipais de Montanha e o projeto foi aprovado pela Câmara municipal de vereadores. A lei determina que o ensino de noções básicas da lei Maria da Penha deverá ser desenvolvido nas escolas sob a denominação de “Programa Lei Maria da Penha vai à Escola”. O Programa será executado numa parceria entre o Gabinete, a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação de Montanha, com possível parceria com entidades governamentais e não governamentais ligadas às temáticas da Educação e dos Direitos Humanos. No caso, os conteúdos referentes ao Programa vão ser ministrados em sala de aula, nas áreas de Língua Portuguesa e de História.

**APÊNDICE D** – Transcrição da entrevista concedida pela psicóloga Fabiana Moulin Antunes Oliveira.

**Entrevistadora:**Qual seu nome completo e seu registro profissional?

**Camila:**Fabiana Moulin Antunes Oliveira, 16-1060.

**Entrevistadora:**Como é feito o atendimento a mulheres no seu consultório?

**Camila:**De forma voluntária. Eu criei o “Coletivo de Mulheres Portas Abertas”, e divulguei meu telefone na cartilha que a Camila distribui. Ai eu reservo um espaço semanal na minha agenda para atender às mulheres que entram em contato. Eu faço um primeiro atendimento, por telefone ou pessoalmente, depois encaminho essas mulheres ao CREAS ou ao CRAS.

**Entrevistadora:**Você já teve um outro coletivo antes desse, não é?

**Fabiana:**Sim. Era o Coletivo Empoderemo-nos. Eu convidava as mulheres pelo *facebook*. Ai, semanalmente, aconteciam os encontros gratuitos. Vinham mulheres de todas as idades. A gente conversava, lia e debatia sobre questões do universo feminino. O foco não era violência contra a mulher, mas já chegamos a falar sobre isso.

**Entrevistadora:**Alguma mulher já chegou a relatar sofrer violência?

**Fabiana:**Não.

**Entrevistadora:** Por que o Coletivo “Empoderemo-nos” acabou?

**Fabiana:**Depois um ano do Coletivo Empoderemo-nos, eu percebi que o grupo era sempre o mesmo, então eu decidi dar uma reformada e criei o coletivo “Portas Abertas”, que tanto serve como atendimento às mulheres vítimas de violência, como também diz respeito a um atendimento quinzenal, com um número limitado de mulheres que farão uma “jornada de transformação”. Nesse caso, terei a ajuda de uma pedagoga e de uma assistente social, todas voluntárias.

**Entrevistadora:**Por que vocês trocaram o nome do coletivo?

**Fabiana:**Porque como aqui é uma cidade pequena e muito machista, o nome “empoderamento” ou “feminismo” assusta as pessoas. Elas preferem não participar.

Acham que é um programa contra os homens ou algo voltado somente a mulheres que apanham. Mudei o nome para conseguir atingir o maior número de mulheres possível.

**Entrevistadora:** Mas isso te afeta?

**Fabiana:** Bastante. Mas foi a forma que eu encontrei para poder me adequar à realidade da cidade, assim como a Camilia fez na coordenadoria. Inclusive, foi ela que me aconselhou a fazer isso.